

A habitação e a arquitectura corrente do Norte Trasmontano em finais da Idade Média *

Manuel Sílvio Alves Conde**

Marina Afonso Vieira***

A habitação é, sem dúvida, um dos aspectos mais valiosos para o estudo histórico dos povos.

Leroi-Gourhan¹.

Tal como sucede com os outros animais, o homem procurou sempre encontrar um espaço de abrigo, que o protegesse das agressões da natureza e dos outros homens. Criação humana, realizada pelo homem a partir de materiais encontrados na natureza, a casa tornou-se essencial no esforço de domínio desta por aquele. Como estrutura protectoria, cenário de vivência quotidiana e de reprodução biológica da espécie. Mas logo também como espaço de produção de bens, alimentares e outros, garantia de sobrevivência e de bem estar. A casa comum, enquanto estrutura do quotidiano, revela profundamente a sociedade que a criou e utiliza².

Nem por isso a história da construção comum tem sido, por parte dos nossos investigadores, objecto de particulares cuidados, que bem merecia³. É certo que a década de 90 viu surgir um pequeno conjunto de trabalhos sobre esta temática⁴ e a construção tem sido considerada, lateralmente, em diversos trabalhos académicos,

* Trabalho realizado no âmbito do projecto de investigação, financiado pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia, POCTI/HAR/35069/99 - "Paisagens rurais e urbanas entre a Idade Média e os Tempos Modernos. Fontes para o seu estudo".

** Universidade dos Açores / Centro de Estudos Históricos da Universidade Nova de Lisboa.

*** Universidade dos Açores.

¹ André Leroi-Gourhan, *Evolução e técnicas*, vol. II — *O meio e as técnicas*, Lisboa, 1984, p. 185.

² Considerem-se, entre outras, as obras de referência teórica que assinalámos na bibliografia final.

³ Um século atrás, o tema foi afluído nos estudos pioneiros de Alberto Sampaio e de A. de Sousa e Silva Costa Lobo. Há cerca de 40 anos, a temática da habitação medieval foi abordada, em bases teóricas e metodológicas inovadoras, por A. H. de Oliveira Marques e suscitou a interessante tese de Vítor Manuel Pavão dos Santos. Cf. bibliografia final.

⁴ Que compilamos na bibliografia final.

relativos a temas de história rural e, sobretudo, de história urbana, realizados nos últimos dois decénios⁵.

A informação carreada e o tratamento da mesma nesses trabalhos permitem que hoje possuamos já um razoável conhecimento da casa urbana, sobretudo do Entre Douro e Minho⁶, Vale do Tejo e Alentejo. O Portugal Interior — sobretudo o trasmontano, o duriense e o beirão⁷— permanece, porém, envolto em densa cerção, que muito tarda em desvanecer-se.

O panorama da investigação sobre as estruturas habitacionais urbanas apresenta-se, ainda assim, bastante positivo, importando agora, acima de tudo, preencher os campos mais lacunares, partindo decididamente para as pequenas cidades do interior, por um lado, avançando para estudos sectoriais transdisciplinares, com arquitectos, historiadores da arte, arqueólogos, etnólogos, geógrafos e outros especialistas, por outro. É também muito apreciável o conhecimento da habitação senhorial, quer fortificada, quer não-fortificada, mercê do contributo indeclinável da arqueologia e da história da arte⁸.

O mesmo não se pode dizer da casa rural. De facto, sobre habitação campesina, construções adjectivas e equipamentos, “desconhecemos quase tudo e para quase todo o País”⁹.

Esta situação explica-se, de algum modo, pela estreiteza dos testemunhos alusivos à casa rural. Até perto do final de Quatrocentos, os textos rareiam e caracterizam-se pela extrema parcimónia informativa. A partir de então, encontramos, sobretudo nos tombos de propriedades e nos contratos de empraçamento, um apreciável acréscimo de riqueza descritiva, ainda que esta seja condicionada pela perspectiva patrimonial subjacente à sua elaboração. É imperioso, para o cabal conhecimento da casa comum medieva, que as informações fornecidas pelos textos se conjuguem com os dados recolhidos pela arqueologia. Mas também a arqueologia rural,

⁵ À listagem arrolada no nosso “Sobre a casa urbana do centro e sul de Portugal, nos fins da Idade Média”, *Horizontes do Portugal medieval. Estudos históricos*, Cascais, 1999, pp. 259-259, notas 4 e 5, acrescentem-se os trabalhos recentes de: Ana Maria Afonso, *O mosteiro de S. Salvador de Castro de Avelãs. Um património monástico no dealbar da Idade Moderna (1500-1538)*, Cascais, 2002, pp. 71-83; Joaquim Bastos Serra, *A colegiada de Santo Estêvão de Alfama nos finais da Idade Média: os homens e a gestão da riqueza patrimonial*, Cascais, 2003.

⁶ Graças, sobretudo, aos esforços de Maria da Conceição Falcão Ferreira, cujos trabalhos constituem referência incontornável no estudo das estruturas habitacionais urbanas a Norte do Douro.

⁷ Sublinhem-se, relativamente à Beira Interior, os estudos de: Rita Costa Gomes, *A Guarda medieval. Posição, morfologia e sociedade (1200-1500)*, Lisboa, 1987, pp. 69-78; Iria Gonçalves, *Proença a Velha, inícios do século XVI: Os bens e os direitos de uma Comenda da Ordem de Cristo na Beira Interior*, in *Ordens Militares: guerra religião, poder e cultura — Actas do III Encontro sobre Ordens Militares*, vol. 2, Lisboa, 1999, pp. 29-41; idem, *A construção corrente na Beira Interior nos finais da Idade Média*, comunicação apresentada ao III Congresso Histórico de Guimarães (Actas no prelo); Gilberto Coralejo Moiteiro, *Uma comenda da Ordem de Cristo no Sudeste da Beira — Penha Garcia nos inícios do século XVI*, comunicação apresentada ao III Congresso Histórico de Guimarães (Actas no prelo); idem, *Idanha-a-Velha e Idanha-a-Nova: duas comendas da Ordem de Cristo nos inícios do século XVI*, a publicar in *Media Aetas*, n.º 5.

⁸ Temos em atenção sobretudo os trabalhos de Mário Jorge Barroca e de José Custódio Vieira da Silva, indicados na bibliografia final.

⁹ Iria Gonçalves, *A construção corrente na Beira Interior nos finais da Idade Média*, cit.

que noutros horizontes tão bem frutifica, tarda em firmar-se entre nós¹⁰. Já da parte da geografia, da etnologia e da arquitectura, há sólidos contributos para o conhecimento da casa rural¹¹, cuja lição terá de ser considerada pelos investigadores. Por último, não deverá ser menosprezado o estudo das fontes figurativas, com a desejável colaboração dos historiadores da arte.

O estudo que ora apresentamos baseia-se sobretudo nas informações compiladas em tombos do dealbar de Quinhentos —de comendas da Ordem de Cristo¹² e do mosteiro de Castro de Avelãs¹³— e nas representações elaboradas por Duarte de Armas¹⁴.

Considera diversos tipos de edifícios, desde a habitação senhorial à casa urbana e à moradia camponesa, abrange as dependências agrícolas e diversas construções especializadas (equipamentos produtivos agrícolas e “industriais”, estruturas de armazenamento, construções assistenciais e de acolhimento de viandantes), mas exclui a arquitectura religiosa, a militar¹⁵ e a civil de carácter público (fontes, chafarizes, banhos, pontes, casas do concelho, etc.)¹⁶.

A área geográfica abrangida é a do Norte Trasmontano, tal como tem sido definida pelos geógrafos¹⁷, incluindo o Alto Douro, as montanhas e os planaltos de

¹⁰ Os elementos carregados entre nós pela arqueologia referem-se sobretudo ao horizonte islâmico e aos espaços urbanos. Releem-se os estudos de José Morais Arnaud, James Boone, Helena Catarino, Cláudio Torres e Santiago Macías, constantes do elenco de Stéphane Boissellier, “Archéologie rurale islamique dans le sud du Portugal. Recension bibliographique”, *Archéologie islamique*, 6 (1996), pp. 169-192, e de Isabel Cristina Fernandes, “A península de Setúbal em época islâmica”, *Arqueologia medieval*, n.º 7 (2001), pp. 185-196. Do contributo da arqueologia do Portugal cristão, sublinhem-se as páginas consagradas à casa rural por Carlos Alberto Ferreira de Almeida, *Arquitectura românica de Entre-Douro-e-Minho*, 1.ª parte — *Para uma perspectiva ecológica, económica, social e mental do Entre-Douro-e-Minho nos séculos XI a XIII*, dissertação de doutoramento, Porto, 1978, pp. 51-78.

¹¹ Sobretudo os estudos de José Leite de Vasconcelos, Orlando Ribeiro, Ernesto Veiga de Oliveira, Fernando Galhano e Benjamim Pereira, bem como o levantamento do Sindicato dos Arquitectos, que assinalámos na bibliografia final.

¹² Os tombos foram elaborados no âmbito das visitas decididas pelo Capítulo Geral da Ordem, reunido em Tomar em 1503, realizadas entre 1504 e 1510. As que utilizámos — as de Reigada, Mogadouro, Longroiva, Meda e Muxagata — realizaram-se em Outubro e Novembro de 1507 — Arquivo Nacional da Torre do Tombo [A. N. T. T.], *Ordem de Cristo/Convento de Tomar [O. C./C. T.]*, L.º 307, fls. 40-163.

¹³ Arquivo Distrital de Bragança, *Mitra*, cx.ª 9, L.º 76. Publicado por Ana Maria Afonso e Ana Maria S. A. Rodrigues, *O tombo do mosteiro de São Salvador de Castro de Avelãs. 1500-1538*, Cascais, 2002.

¹⁴ O manuscrito foi preparado em 1509. Duarte de Armas, *Livro das Fortalezas. Fac-símile do Ms. 159 da Casa Forte do Arquivo Nacional da Torre do Tombo*, 2.ª ed., Lisboa, 1997.

¹⁵ A exclusão desta levanta dificuldades, visto os castelos, no final da Idade Média, associarem, cada vez mais, a função residencial à militar.

¹⁶ Sobre esta matéria, remetemos para a recente e bem documentada síntese de Carlos Alberto Ferreira de Almeida e Mário Jorge Barroca, *História da arte em Portugal, O gótico*, Lisboa, 2002, pp. 123-128, 143-156, com muitas referências à arquitectura trasmontana.

¹⁷ De Barros Gomes a Hermann Lautensach, de Amorim Girão a Orlando Ribeiro. Cf. por todos, Orlando Ribeiro, *Portugal, o Mediterrâneo e o Atlântico. Esboço de relações geográficas*, 4.ª ed., Lisboa, 1986. Corresponde também à unidade paisagística que Miguel Torga, *Portugal*, Coimbra, 1950, define como “Um Reino Maravilhoso” e que faz abranger “toda a vertente esquerda do Douro até aos contrafortes do Montemuro”. Divergentes, este e aqueles, de delimitações administrativas antigas (da 1.ª metade do século XVI), como das dos distritos actuais, que convertem o Douro em fronteira,

Trás-os-Montes¹⁸ e da Beira Trasmontana. Estes são em tudo semelhantes, separados embora pelo entalhe expressivo do Douro, que se prolonga nas bacias de abastecimento dos seus principais afluentes. À diferença de altitude, juntam-se a divergência climática, as chuvas escassas e a moderação dos invernos a introduzirem notas de meridionalidade que o homem se encarregaria de fortalecer, privilegiando o cultivo de espécies mediterrânicas¹⁹. Marcado por fortes sujeições naturais — irregularidade térmica, extrema secura dos verões, solos pobres, dificuldade de comunicações— os dois espaços trasmontanos não propiciam culturas delicadas, nem se adequam a culturas mais rentáveis²⁰. A pobreza de recursos humanos e tecnológicos e a largueza espacial impeliram também a que uma agricultura de subsistência se conjugasse com um amplo aproveitamento dos montes e maninhos. A pecuária e a cerealicultura tornaram-se os elementos decisivos do agrossistema trasmontano, que acolhia ainda a vinha e o linhar²¹, bem como o pomar, a horta e o souto²².

Este vasto território conhecia na Idade Média duas cidades, Lamego e Bragança, às quais se juntavam algumas vilas de feição urbana mais consistente, como Vila Real, Chaves e Freixo de Espada-à-Cinta. Algumas outras vilas, cabeças de concelhos rurais, exibiam ainda alguma capacidade polarizadora sobre o espaço rural²³.

fazendo da Beira Trasmontana “carne administrativamente enxertada num corpo alheio”, no dizer do poeta, atento como poucos às notações paisagísticas.

¹⁸ Note-se que, nas delimitações administrativas vigentes até ao século XVII, o espaço compreendido entre o Douro, o Tâmega e o Marão integrava também Trás-os-Montes.

¹⁹ A construção da paisagem do Alto Douro, com os geios escorrendo pela encosta em escadaria, a sustentarem o vinhedo, mas também a oliveira e a amendoeira, foi sobretudo obra dos séculos XVII e seguintes, com o desbravamento sistemático dos matagais que povoavam as vertentes do Douro.

Mas já no século XIII, pelo menos, era notória a orientação do espaço duriense para a viticultura, aproveitando os solos xistosos das encostas, as condições climatéricas e a navegabilidade do rio, garantia de fácil acesso a amplos mercados. Cf. Maria Fernanda Maurício, *Entre Douro e Tâmega e as inquirições afonsinas e dionisianas*, Lisboa, 1997, pp. 119-128. Luís Miguel Duarte, “O vale do Douro da ocupação tardo-romana aos forais manuelinos: as nossas interrogações”, *Douro — Estudos e documentos*, n.º 2, 1996, p. 68, observa que os estudos já realizados a partir das inquirições sugerem “uma frequência superior à média de pagamentos em vinho nas margens do Douro”.

²⁰ Vergílio Taborde, *Alto Trás-os-Montes. Estudo geográfico*, Coimbra, 1932, pp. 101-103.

²¹ Sublinhe-se que os rendimentos mais significativos da comenda da Ordem de Cristo do Mogadouro provinham da colecta dos dízimos do pão, vinho, linho e gados. A. N. T. T., *O. C./C. T.*, L.º 307, fls. 71v-72, 73, 74, 83.

²² A capacidade polarizadora desde cedo revelada por Lamego, a intensa colonização de Cister — cf. Geraldo Coelho Dias e Luís Miguel Duarte (coords.), *Cister no Vale do Douro*, Porto, 1999, em particular os textos de José Ignacio de la Torre Rodríguez, “Evolução histórica de Cister no Vale do Douro”, e de Ricardo Teixeira, “Arqueologia dos espaços cistercienses no Vale do Douro”, a pp. 69-116 e 189-242. respectivamente— e a já referida precoce orientação das vertentes durienses para a viticultura dotaram o Vale do Douro de uma fisionomia própria em matéria de organização espacial.

Os espaços mais ocidentais, entre o Douro e o Tâmega, onde a influência atlântica mais se faz sentir, divergiam ao esquema apontado, aproximando-se mais do paradigma minhoto.

²³ Referimo-nos, nomeadamente, a Miranda do Douro, Mogadouro, Torre de Moncorvo, S. João da Pesqueira, Pinhel e Almeida.

A maioria das vilas que apontamos resultara de iniciativas baixo-medievais de reorganização do povoamento, que lograram constituir uma rede de aglomerados fortificados, sujeitando um espaço que incluía várias comunidades rurais, quase sempre concentradas em aldeias. Sobre este processo,

O artesanato e os serviços tinham nestas urbes uma presença algo expressiva. Mas a esmagadora maioria das suas gentes era rústica, garantia o seu sustento explorando a terra, e as suas casas concentravam-se em pequenas vilas, aldeias e lugares, que os cultivos envolviam²⁴. Exceptuando as terras de entre o Douro e o Tâmega, a dispersão do povoamento revelava-se excepcional²⁵ e os próprios assentos dos casais e quintas erguiam-se muitas vezes em aglomerados rurais, dissociando-se assim das terras de cultivo²⁶.

1. A casa comum

A construção corrente das cidades, das vilas, das aldeias e dos casais dispersos do território trasmontano, no início de Quinhentos, tal como a podemos visualizar pela leitura dos tombos²⁷ ou pela observação das panorâmicas de Duarte de Armas, revela alguma constância.

Traduzia-se esta, antes de mais, na regularidade morfológica.

Assim, a maioria dos edifícios referenciados em meio rural era *de piso e divisão únicos*, correspondendo à tipologia mais elementar²⁸. A casa unicelular seria também comum nos aglomerados urbanos regionais, mas aí a escassez da amostra e o laconismo das informações impede-nos de avaliar a sua representatividade²⁹.

veja-se Paulo José Antunes Dordio Gomes, *Arqueologia das vilas urbanas de Trás-os-Montes e do Alto Douro. A reorganização do povoamento e dos territórios na Baixa Idade Média (séculos XII-XV)*, dissertação de mestrado, Porto, 1993, *passim*.

²⁴ A distribuição dos cultivos em torno do aglomerado rústico obedecia, em geral, ao modelo que enunciámos em *A Comenda da Ordem de Cristo do Mogadouro*, cit.

²⁵ E pode mesmo ter recuado no final da Idade Média, como aventámos no trabalho referido na nota precedente.

²⁶ Sobre a localização dos assentos dos casais, veja-se Ana Maria Afonso, *O mosteiro de S. Salvador de Castro de Avelãs*, cit., p. 97. Na aldeia de Alfaião (Bragança), ficava o assentamento de casas de uma quinta, com cozinha, celeiro, eira, palheiro e curral — *O tombo do mosteiro de São Salvador de Castro de Avelãs*, cit., pp. 57-59 (fls. 19v-20v).

²⁷ Referem estes pouco mais de uma centena de construções, que se erguiam na cidade de Bragança, nas vilas de Miranda do Douro, Torre de Moncorvo, Bemposta, Penas Róias, Longroiva, Meda e Pinhel, e em aldeias, casais e quintas dos termos de Bragança, Mogadouro, Britiande, Tarouca, Ranhados e Pinhel. Deste cômputo excluímos muitas referências a casas, pardieiros, dependências e equipamentos vários, porque lacónicas e fugidias, refractárias a qualquer contextualização.

Os informes que nos são fornecidos pelos tombos da Ordem de Cristo contrastam com os que nos ministram o tombo do mosteiro de Castro de Avelãs. Dão os primeiros informações preciosas em relação às dimensões das casas, matéria que o último não faculta. Em contrapartida, são muito mais ricos os elementos que este disponibiliza sobre as dependências agrícolas que integravam os assentos dos casais.

²⁸ Nos assentos de casais do Leste Trasmontano, às construções principais, correspondentes às tipologias mais elementares, juntavam-se habitualmente algumas dependências agrícolas. Cf. Ana Maria Afonso, *O mosteiro de S. Salvador de Castro de Avelãs*, cit., pp. 73-74. Noutros casos, porém, a construção única poderia albergar promiscuamente as gentes, os animais, os aprestos e os produtos da terra.

²⁹ Os esboços de Duarte de Armas visavam um conhecimento tanto quanto possível rigoroso das fortificações raianas, pelo que as representações do casario comum têm uma feição meramente ilustrativa. Porém, tudo nos leva a pensar que são expressões fidedignas da realidade, no que se refere a tendências gerais. Sendo assim, as tipologias mais elementares — esta e a seguinte — estariam omnipresentes tanto nas cidades e vilas urbanas, como nos aglomerados rurais. Cf. Duarte de Armas, *Livro das Fortalezas*, cit., fls. 73-102.

Uma segunda tipologia, também muito simples, manifestava-se, sobretudo nas aldeias³⁰, pela dilatação horizontal do tipo anterior. O processo mais comum engendrava a casa térrea bicelular, que algumas vezes se traduz na documentação pelos pares *casa/celeiro*³¹, *casa/cozinha*³², ou *cozinha/celeiro*³³. Noutros casos, porém, vislumbram-se soluções mais elaboradas, pluricelulares³⁴.

Em meios urbanos, a adopção de processos verticalizantes para alargar a área útil da casa foi bastante praticada³⁵. Assim, a documentação revela-nos algumas *casas sobradadas*³⁶ e, mais raramente, casas de dois sobrados³⁷. A modalidade primeira da casa sobradada seria decerto bicelular, mas praticavam-se também soluções mais complexas, pluricelulares. Refiram-se, entre estas, as casas da rua Direita de Pinhel: uma casa dianteira meio sobradada e uma casa de dentro sobradada³⁸.

Experimentou-se também a aposição de adjacências salientes na fachada dos edifícios. Uma vez, os vãos eram protegidos por uma balaustrada de madeira: a

³⁰ Provavelmente, este tipo seria também costumeiro em meio urbano. Mas o laconismo dos informes relativos às *casas terreiras* urbanas não permite confirmá-lo.

³¹ Como encontramos, entre outros casos, em Ventoselo (Mogadouro), ou em assentos de casal sítos nas aldeias de Vila Nova e de Sortes (Bragança) — A. N. T. T., *O. C./C. T.*, L.º 307, fl. 87; *O tombo do mosteiro de São Salvador de Castro de Avelãs*, cit., pp. 77-79 (fls. 30-30v), pp. 130-132 (fls. 60-60v).

³² No assento de um casal edificado na aldeia de Nogueira (Bragança) — *O tombo do mosteiro de São Salvador de Castro de Avelãs*, cit., pp. 38-39 (fls. 10-10v).

³³ No assentamento de casas de uma quinta, que se erguia na aldeia de Alfaião (Bragança), ou nos de dois casais, sítos na aldeia de Sortes (Bragança) — *O tombo do mosteiro de São Salvador de Castro de Avelãs*, cit., pp. 57-59 (fls. 19v-20v), pp. 138-140 (fls. 63v-64), p. 140 (fl. 64v).

³⁴ Refira-se o assento de um casal, sítio na aldeia de Bagueixe (Bragança), com uma casa dianteira, outra casa junto desta e uma câmara, para além de dependências para o gado — A. N. T. T., *O. C./C. T.*, L.º 307, fl. 118.

³⁵ Vide Carta 2 – Presença de casas sobradadas e indicações de cobertura das construções.

³⁶ Por exemplo, em Miranda — A. N. T. T., *O. C./C. T.*, L.º 307, fl. 124v—, ou em Bragança, numa moradia da Praça da Cidade — *O tombo do mosteiro de São Salvador de Castro de Avelãs*, cit., p. 63 (fl. 22).

Duarte de Armas debuxou-as largamente nas suas panorâmicas de Castelo Rodrigo, Almeida, Freixo de Espada-à-Cinta, Mogadouro, Miranda do Douro e Bragança, e, com menor profusão, nas de Vimioso, Vinhais, Monforte do Rio Livre, Chaves e Montalegre.

³⁷ Na Meda, e em Bragança, na rua das Adegas — A. N. T. T., *O. C./C. T.*, L.º 307, fl. 97; *O tombo do mosteiro de São Salvador de Castro de Avelãs*, cit., p. 63 (fl. 22). Duarte de Armas esquisitou duas na sua panorâmica do Mogadouro, ao arrabalde e cinco outras em Freixo de Espada-à-Cinta, junto à igreja matriz.

³⁸ A. N. T. T., *O. C./C. T.*, L.º 307, fl. 57v.

varanda, ou o *balcão*³⁹. Outras, lançavam-se sobre a rua em balcões de madeira em jeito de caixa: a *adufa*⁴⁰.

Por vezes, a expansão dos edifícios transvasava, ao nível dos sobrados, o âmbito estrito do lote. Os *edifícios ressaltados* respeitavam, assim, formalmente, o alinhamento da via pública, servindo-se, porém, do “ar” da mesma, para ampliar o espaço útil da casa⁴¹. Alguns exemplares de casas com andares volantes subsistem, ainda hoje, em Chaves⁴², Amarante⁴³, Vila Real⁴⁴ e Lamego⁴⁵.

Ao aumentar de balanço, o ressaltado apelaria para outras soluções de apoio, surgindo assim a *casa sobradada de arcos*⁴⁶. Distinta da casa sobradada comum, construída em moldes tradicionais, esta tipologia foi experimentada em Quatrocentos e Quinhentos, em edifícios de prestígio e infra-estruturas urbanas, mas também em construções comuns, sobretudo em casas de mercadores e de mestrais. Na Praça da Vila de Torre de Moncorvo, erguia-se uma construção deste tipo:

³⁹ Em Bragança, junto ao Postigo do Sol, erguia-se uma grande casa sobradada, com balcão sobre a rua — *O tombo do mosteiro de São Salvador de Castro de Avelãs*, cit., p. 61 (fl. 21v).

Não é muito vincada, nos dicionaristas, a diferença entre *balcão* e *varanda*. Esta é definida como “obra sacada na dianteira, ou trazeira, ou em todo o âmbito das casas, com grades, balaustres, ou parede, de ordinario descoberta, onde se toma o sol, ou fresco”. O balcão, por sua vez, seria uma “especie de varanda de peitoril, talvez ressaltada de edificios, com balaustrada, ou grades” — Rafael Bluteau, *Diccionario da lingua portugueza*, Lisboa, 1779, t. I, p. 160; t. II, p. 509. O recente *Dicionário da língua portuguesa contemporânea da Academia das Ciências de Lisboa*, Lisboa, 2001, vol. I, p. 466 [entrada *balcão* ¹], dá os dois termos como sinónimos.

⁴⁰ O seu uso seria corrente nos vãos das moradias, tendo chegado aos tempos hodiernos em Chaves, Vila Real e Bragança — *Ilustração trasmontana. Archivo pitoresco, litterario e scientifico das terras trasmontanas*, Porto, I (1908), pp. 27 (cliché de A. L. Martins) e 44-45 (desenhos de Joaquim de Vasconcelos); Manuel Monteiro, “A varanda trasmontana”, *Ilustração trasmontana*, II (1909), pp. 1-5.

⁴¹ A edificação de casas de andares ressaltados foi largamente experimentada em muitas das cidades do Ocidente peninsular, no final da Idade Média e primeira metade de Quinhentos. Entre nós, a menção documental deste género de construções é, todavia, pouco comum. O seu conhecimento exige, por isso, o estudo integral dos edifícios desta espécie que chegaram até nós e das respectivas estruturas, visando a reconstrução da história do edifício, da sua adequação funcional, das suas remodelações e dos reflexos das mesmas na transformação do espaço interno: a análise histórica e material que só a *arqueologia da arquitectura* possibilita.

⁴² José Manuel Fernandes, *Cidades e casas da Macaronésia. Evolução do território e da arquitectura doméstica nas ilhas atlânticas sob influência portuguesa, quadro histórico do séc. XV ao séc. XVIII*, 2.^a ed., Porto, 1996, p. 222, fig. 117.

⁴³ François Guichard, *Amarante. Structures socio-économiques et liens de dépendance dans un “concelho” du Nord-Ouest portugais*, Lisboa, 1980, fotos XII e XIII.

⁴⁴ José Manuel Fernandes, *Cidades e casas da Macaronésia*, cit., p. 222.

⁴⁵ José Manuel Fernandes, *Cidades e casas da Macaronésia*, cit., p. 220, fig. 115.

⁴⁶ A casa de arcadas, que entre nós ocorre sobretudo em Quatrocentos é conhecida em Itália (sob a designação *casa porticata*) e noutras áreas europeias, desde os séculos XII-XIII, em ligação com actividades profissionais, mercantis e artesanais. Cf. Ugo Soragni e Maria Luigia de Gregorio, “Case, portici e mercanti a Marostica nel XV secolo. Documenti edilizi a cinquant’anni dalla refondazione (1370-1380)”, in: *Case e torri medievali*, dir. por Elisabetta De Minicis e Enrico Guidoni, Atti del II.^o Convegno de Studi, “La città e le case. Tessuti urbani, domus e case-torri nell’Italia Comunale (secc. XI-XV)”, Città della Pieve, 11-12 dicembre 1992, Roma, 1996, pp. 9-21 (19).

umas casas sobradadas, "bem repairadas" e alpendradas, com três vistosos arcos de pedraria⁴⁷.

Às tipologias simples destas moradias convêm dimensões pequenas. Aquelas cujas medidas conhecemos⁴⁸ oscilam quase sempre entre as 5 e as 8 varas, de longo, para 4 a 5 varas, de largo. As *rationes* comprimento/largura que lhes correspondem situam-se maioritariamente entre 1,1 e 1,4, apontando para um formato pouco alongado⁴⁹. As áreas das casas oscilam entre os 10 m² (de um pequeno de casa) e os 55 m², destacando-se o intervalo dos 21 a 30 m². Agregando as construções por conjuntos de casas, atinge-se um valor médio de área de implantação de 58 m². Considerando a área útil, feito o somatório dos vários planos, a média sobe para os 72 m², valor, ainda assim, bastante diminuto⁵⁰.

Este tipo de documentação omite sistematicamente a altura destas construções e a arqueologia, até agora, não tem lançado luz nesta matéria. Como elemento de referência, poderemos, para já, reter o valor de duas varas craveiras, isto é, 2,20 metros, por piso, proposto recentemente por Iria Gonçalves como hipótese de trabalho⁵¹. Mas a maior ou menor elevação da casa comum dependia, sobretudo, do número de pisos que a compunham. As construções de piso único, ou *casas terreiras*, eram esmagadoramente dominantes em vilas, aldeias e casais; em muitos

⁴⁷ A. N. T. T., *O. C./C. T.*, L.º 307, fl. 79v.

Sobre esta tipologia, veja-se Maria Angela Rocha Beirante, *Évora na Idade Média*, Lisboa, 1995, pp. 124-126; Manuel Sílvio Alves Conde, "Sobre a casa urbana do Centro e Sul de Portugal, nos fins da Idade Média", *cit.*, p. 267.

⁴⁸ Conhecemos os comprimentos e larguras, expressos em varas, de, apenas, duas dezenas de conjuntos habitacionais dos concelhos de Reigada, Pinhel, Meda, Muxagata, Britiande, Torre de Moncorvo, Mogadouro, Miranda do Douro e Bragança. Em apêndice, compilamos os dados desta pequena amostra, que não autoriza grandes generalizações. Para a conversão ao sistema métrico, utilizamos os factores de conversão propostos por A. H. de Oliveira Marques, "Pesos e medidas", in: *Dicionário de história de Portugal*, dirigido por Joel Serrão, vol. III, Lisboa, 1968, pp. 369-374.

⁴⁹ Note-se, todavia, que também é significativo o grupo das que se situam entre 1,7 e 2, ou seja, daquelas cujo comprimento se aproxima do dobro da largura.

⁵⁰ Em termos médios, as construções do Norte Trasmontano apresentam-se um pouco mais acanhadas do que as dos edifícios beirões comuns, estudados por Iria Gonçalves, *A construção corrente na Beira Interior nos finais da Idade Média*, *cit.* (onde prevalecem as áreas entre 20 e 40 m², seguidas pelo grupo das que se repartem entre os 40 e os 60 m²), e as casas rurais do Baixo Minho galego, cf. María del Carmen Sánchez Carrera, *El Bajo Miño en el siglo XV. El espacio y los hombres*, Corunha, 1997, p. 94 (que aponta para valores entre os 24 e os 60 m²). São também mais pequenas que as da região de Ávila, em Castela, cf. António Sánchez del Barrio, "Las construcciones populares medievales: un ejemplo castellano de comienzos del XIV", *Studia Historica, Historia Medieval*, vol. VII (1989), pp. 139-142 (predominam aí as de 7 *tapias* de largo por 2 de comprimento, ou seja 14 por 4 metros = 56 m², seguidas pelas de 4 por 2 e pelas de 6 por 2). O contraste acentua-se ainda mais perante as casas rurais do Médio Tejo, onde o valor médio é de uns 91 m², cf. Manuel Sílvio Alves Conde, *Materialidade e funcionalidade da casa comum medieval. Construções rústicas e urbanas do Médio Tejo nos finais da Idade Média*, in: *Morar. Tipologia, funções e quotidianos da habitação medieval, Media Aetas*, n.º 3/4, Ponta Delgada, 2000/2001, p. 53.

⁵¹ O valor sugerido por Iria Gonçalves, *A construção corrente na Beira Interior nos finais da Idade Média*, *cit.*, obtido quer através dos dados relativos ao pé direito do piso térreo de um celeiro da Ordem de Cristo em Castelo Branco, quer de prospecções feitas em habitações tradicionais da Beira Interior, parece-nos pertinente e está em conformidade com o que nós próprios encontramos para outras regiões do País, em investigação em curso, que oportunamente divulgaremos.

povoados, eram únicas⁵². A presença de *casas sobradadas* tinha alguma visibilidade nas cidades e numas tantas vilas: Almeida, Pinhel, Castelo Rodrigo, Meda, Freixo de Espada-à-Cinta, Mogadouro, Miranda do Douro, Bragança e Chaves⁵³. A estas há que somar-se as menos comuns construções com *meios sobrados*, que podiam ver-se em Pinhel e Miranda do Douro⁵⁴. Quanto às *casas de dois sobrados*, seriam muito raras; só podemos apontá-las em Bragança, Meda, Mogadouro e Freixo de Espada-à-Cinta⁵⁵.

Os materiais construtivos empregues eram, por toda a parte, os mesmos: a pedra (granito ou xisto), a terra crua e cozida, a madeira e outros, igualmente vegetais. Os textos não corroboram a noção de uma civilização da pedra, apontando antes para arquitecturas integradoras daqueles materiais: as casas que nos mostram tinham paredes de pedra e barro⁵⁶, são madeiradas e telhadas, ou colmadas. Recorre-se também à técnica do adobe na construção das paredes⁵⁷, que outras vezes eram de pedra seca⁵⁸, ou insossa⁵⁹. Em divisórias interiores, utilizou-se o “repartimento de parede”⁶⁰ e a “taipa”⁶¹ —decerto o tabique de madeira nortenho, que não a terra comprimida típica do mundo mediterrânico⁶²—, que também se

⁵² O termo *casa terrestre* é reiteradamente empregue n’ *O tombo do mosteiro de São Salvador de Castro de Avelãs*, cit. Observando as panorâmicas de Duarte de Armas, constatamos a exclusividade da casa de piso único em aglomerados de feição rústica: Penas Róias, Outeiro, Portelo e Piconha. As casas sobradadas só excepcionalmente se vislumbram nos esquisos relativos a Vimioso, Vinhais e Montalegre.

⁵³ Veja-se, supra, nota 35.

Às localidades arroladas deverão adir-se Lamego e Vila Real, onde subsistem hodiernamente construções sobradadas remontando ao final da Idade Média, ou a Quinhentos.

⁵⁴ A. N. T. T., *O. C./C. T.*, L.º 307, fls. 57v e 125. A de Miranda do Douro deixara de ter função habitacional, servindo o piso térreo como estrebaria e o meio sobrado como palheiro.

⁵⁵ Veja-se, supra, nota 36.

Deverão acrescentar-se ao pequeno rol as cidades de Lamego e Chaves, onde se encontram ainda hoje algumas construções desta feição e cronologia.

⁵⁶ A. N. T. T., *O. C./C. T.*, L.º 307, fls. 57v, 72v, 79v, 83v, 97, 118, 124v, 141, 141v. Paredes de cantaria são-nos referidas, apenas, na habitação senhorial — A. N. T. T., *O. C./C. T.*, L.º 307, fl. 90v.

⁵⁷ A. N. T. T., *O. C./C. T.*, L.º 307, fl. 41.

⁵⁸ A. N. T. T., *O. C./C. T.*, L.º 307, fl. 59.

⁵⁹ Assim lhe chama Duarte de Armas, cit., fl. 132, referindo-se à parede de uma barreira, no Portelo.

⁶⁰ A. N. T. T., *O. C./C. T.*, L.º 307, fl. 57v. Não podemos precisar a que técnica corresponderia tal parede; provavelmente, seria de “pedra e barro”, como as paredes exteriores da mesma construção.

⁶¹ A. N. T. T., *O. C./C. T.*, L.º 307, fl. 77v.

⁶² Sobre esta técnica de construção, cf. Manuel Sílvio Alves Conde, *Materiais de construção na arquitectura rural do Médio Tejo nos finais da Idade Média*, in: *Arqueologia da Idade Média da Península Ibérica*, vol. VII das *Actas do 3.º Congresso de Arqueologia Peninsular*, Porto, 2000, e bibliografia listada na nota 39.

Recorde-se a diferença essencial, relativamente à taipa/*tâbiya*, do tabique de madeira, cheio de pedriça e palha, que no Norte do país é comum designar-se “taipa”. Vejam-se aplicações deste em Maria da Conceição Falcão Ferreira, *Uma rua de elite na Guimarães medieval (1376-1520)*, Guimarães, 1989, pp. 227-228; João Ferrão Afonso, *A Rua das Flores no século XVI. Elementos para a história urbana do Porto quinhentista*, Porto, 2000, p. 49. Sobre o tabique nortenho, cf. Maria da Conceição Falcão Ferreira, “Habitação urbana corrente, no Norte de Portugal medievo”, in: *Morar. Tipologia, funções e quotidianos da habitação medieval, Media Ætas*, n.º 3/4, p. 25, n. 57; Anselmo López Carreira, *A cidade medieval galega*, Vigo, 1999, pp. 149 e 151; Orlando Ribeiro, “A civilização do barro do

aplicaria nas paredes exteriores dos andares ressaltados⁶³. O reboco das paredes seria decerto pouco comum⁶⁴ e não há referências à caiação. A madeira era omnipresente⁶⁵ —no travejamento e na armação da cobertura, nos sobrados, na protecção dos vãos, em escadas, no lançamento dos ressaltos; estes, algumas vezes, assentavam sobre arcos de pedraria⁶⁶.

A crer nos textos, as fenestrações seriam bem menos comuns do que sugerem as representações de Duarte de Armas. Em muitas casas, limitavam-se à porta de entrada⁶⁷. A existência de duas portas, ou de várias janelas, justificava uma menção particular, decerto por ser pouco habitual⁶⁸. A escassez e reduzida dimensão das aberturas salvaguardavam a casa da inclemência do clima, garantindo um ambiente menos frio no Inverno e mais fresco no Verão. Implicavam, porém, uma reduzida ventilação e uma iluminação deficiente⁶⁹.

Nas coberturas, é patente a diversidade dos materiais empregues⁷⁰. A crer em Duarte de Armas, a telha era o material de preferência em Bragança e nas vilas de Almeida, Castelo Rodrigo, Freixo de Espada-à-Cinta, Mogadouro, Miranda e Chaves⁷¹, recorrendo-se ao colmo no Portelo e Piconha. Soluções mistas, com o colmo a par da telha, representou-as no Vimioso, Vinhais e Montalegre; em Penas Róias e no Outeiro, com a simultaneidade da cortiça⁷² e do colmo⁷³. A documentação

Sul de Portugal (Aspectos e sugestões), *Geografia e civilização. Temas portugueses*, 2.^a ed., Lisboa, s/d, pp. 33-34, n. 2; Ernesto Veiga de Oliveira, Fernando Galhano e Benjamim Pereira, *Construções primitivas em Portugal*, 3.^a ed., Lisboa, 1994, p. 315; Ernesto Veiga de Oliveira e Fernando Galhano, *Arquitectura tradicional portuguesa*, Lisboa, 1992, pp. 280-281 e *passim*; Bernardo José Ferrão, *Projecto e transformação urbana do Porto na época dos Almadás. 1758/1813. Uma contribuição para o estudo da cidade pombalina*, 3.^a ed., Porto, 1997, pp. 147-148; Manuel Caamaño Suárez, “Arquitectura popular, I – La casa-vivienda”, in *Galicia*, dirigido por Francisco Rodríguez Iglesias, *Antropología*, t. XIII, s/l, 1985, p. 68.

⁶³ Mário Jorge Barroca, in Carlos Alberto Ferreira de Almeida e Mário Jorge Barroca, *História da arte em Portugal, O gótico*, cit., p. 89.

⁶⁴ Regista-se, ainda assim, uma “logea ... cafelada de dentro” — A. N. T. T., *O. C./C. T.*, L.^o 307, fl. 106v.

⁶⁵ As referências às aplicações de madeira são quase sempre genéricas, sendo as casas apresentadas como “madeiradas”, “mal madeiradas”, “igualmente madeiradas”, ou “bem madeiradas”. Algumas vezes, porém, mencionam-se aplicações específicas: escadas de madeira, chaminés de “madeira barrada” — A. N. T. T., *O. C./C. T.*, L.^o 307, fls. 97 e 89v.

⁶⁶ A. N. T. T., *O. C./C. T.*, L.^o 307, fl. 79v.

⁶⁷ Menção de uma porta de castanho — A. N. T. T., *O. C./C. T.*, L.^o 307, fl. 106v.

⁶⁸ *O tombo do mosteiro de São Salvador de Castro de Avelãs*, cit., p. 62 (fl. 22); A. N. T. T., *O. C./C. T.*, L.^o 307, fl. 97.

⁶⁹ Não há quaisquer notícias relativas ao uso de vidraças, nesta região. Nem mesmo as construções de prestígio trasmontanas, desenhadas por Duarte de Armas, as possuíam, ao contrário das que aparecem nas panorâmicas de Castelo Branco e Barcelos, onde são visíveis as características janelas de cruzeta, ou pinázio, que deviam o nome à cruzeta de pedra que cortava o vão e servia de apoio à aplicação de vidraça. Sobre este tipo de janela, introduzido entre nós no século XV, veja-se Mário Jorge Barroca, in Carlos Alberto Ferreira de Almeida e Mário Jorge Barroca, *História da arte em Portugal, O gótico*, cit., p. 90.

⁷⁰ Vide Carta 2 – Presença de casas sobradadas e indicações de cobertura das construções.

⁷¹ Em Bragança e Chaves, as casas dos núcleos urbanos são telhadas. Na periferia, Duarte de Armas representa, contudo, uma ou outra casa colmada.

⁷² Recentemente, os esboços de Duarte de Armas relativos a estes lugares e a Penha Garcia foram interpretados de forma divergente desta, por Mário Jorge Barroca, in Carlos Alberto Ferreira

confirma tais quadros de alternância e simultaneidade das casas *telhadas* e das *col-madas*, *palhiças* ou *palhaças*, alargando-o a vilas e lugares não representados pelo debuxador⁷⁴. As figurações deste atestam o predomínio das coberturas de duas águas. Mas, a par daquelas, também se vislumbravam telhados de uma e de quatro águas.

Não era habitual o coroamento das habitações comuns por chaminés. Além das que, com alguma profusão, Duarte de Armas esquisou em edifícios de prestígio, representou-as pontualmente na casa urbana comum⁷⁵. No plano morfológico, o debuxador revela-nos dois tipos, as de secção quadrada e as cilíndricas, umas e outras projectando-se em altura a partir dos telhados⁷⁶. Porém, nada nos deixa entrever quanto aos materiais empregues; em edifício de prestígio, na Longroiva,

de Almeida e Mário Jorge Barroca, *História da arte em Portugal, O gótico*, cit., p. 89, como sendo placas de xisto. Mantemos a interpretação, que havíamos feito em *A Comenda da Ordem de Cristo do Mogadouro*, cit., por analogia com Penha Garcia, onde o uso da cortiça está comprovado documentalmente (cf. Gilberto Coralejo Moiteiro, *Uma comenda da Ordem de Cristo no Sudeste da Beira — Penha Garcia nos inícios do século XVI*, cit.) e perante a tradição suberícola local. Note-se, por outro lado, que o recurso ao xisto colocava problemas de resistência de materiais, que as coberturas vegetais desconhecem, e a que as construções representadas não parecem atender.

A cobertura de lousa não tem encontrado, entre nós, comprovação documental para época tão recuada. Conhecemos o seu uso, na Galiza quatrocentista, como situação excepcional, em residências camponesas e em *paços* senhoriais. Cf. Dolores Mariño Veiras, *Señorio de Santa Maria de Meira (de 1150 a 1525). Espacio rural, regimen de propiedad y regimen de explotación en la Galicia medieval*, Corunha, 1983, p. 359, ns. 280, 283 e 284.

Importará, por tudo isso, que novos dados sejam presentes, para esclarecimento definitivo desta questão.

⁷³ As coberturas de material vegetal ainda hoje são visíveis em muito escassos lugares (cf., entre outros, Luísa Jorge, *Retratos. Ermelo 1196-1996*, Ermelo, 1996; Eunice Salavessa, *A casa de Arnal. Restauro e reabilitação*, Vila Real, 1997), tinham uma presença notória, há algumas décadas atrás, em vastas áreas da Galiza e do Norte Interior português, sobretudo nas aldeias serranas do Minho, Trás-os-Montes e Beira Alta, e em muitas comunidades piscatórias, da Póvoa de Varzim ao Sotavento Algarvio. Cf. Xaquín Lorenzo, *A casa*, Vigo, 1982, pp. 41-42; José Leite de Vasconcelos, *Etnografia portuguesa*, vol. VI, *passim*; *Arquitectura popular em Portugal*, cit., *passim*; Ernesto Veiga de Oliveira, Fernando Galhano e Benjamim Pereira, *Construções primitivas em Portugal*, cit., pp. 289-302; Ernesto Veiga de Oliveira e Fernando Galhano, *Arquitectura tradicional portuguesa*, cit., *passim*. O estudo da toponímia relacionada com coberturas de colmo e palha deixa entender uma larguíssima extensão do seu uso em épocas mais recuadas.

Alguns trabalhos, baseados nos textos e nas fontes figurativas do final da Idade Média e início dos Tempos Modernos, têm-se referido a coberturas de cortiça, giesta, madeira, bunho e, sobretudo, colmo. Cf., entre outros, María del Carmen Sánchez Carrera, *El Bajo Miño en el siglo XV*, cit., p. 93; Ana Maria Afonso, *O mosteiro de S. Salvador de Castro de Avelãs*, cit., p. 73; Iria Gonçalves, *O património do mosteiro de Alcobaça nos séculos XIV e XV*, Lisboa, 1989, p. 115; eadem, *A construção corrente na Beira Interior nos finais da Idade Média*, cit.; Manuel Sílvio Alves Conde, *Materialidade e funcionalidade da casa comum medieval*, cit., p. 66; Vítor Manuel Pavão dos Santos, *A casa no sul de Portugal na transição do século XV para o século XVI*, dissertação de licenciatura, Lisboa, 1964, pp. 55, 67.

⁷⁴ Veja-se Carta 2.

⁷⁵ Em Chaves, Bragança, Miranda do Douro, Mogadouro, Freixo de Espada-à-Cinta e Almeida.

⁷⁶ Não encontramos, nos desenhos de Duarte de Armas relativos às casas comuns das vilas trasmontanas, chaminés ressaltadas das paredes, ou ameadas, como as referidas, para o Sul do país, por Vítor Manuel Pavão dos Santos, *A casa no Sul de Portugal na transição do século XV para o século XVI*, cit., p. 57. Chaminés ameadas são, todavia, frequentes nos edifícios de prestígio figurados.

usou-se a madeira “barrada”⁷⁷, mas outros materiais, como a pedra e o tijolo, foram, porventura, também experimentados⁷⁸.

Outros elementos arquitectónicos foram, ainda, traçados pelo debuxador. Uma casa de Portelo, térrea e colmada, apresenta um curioso alpendre, também colmado, assente sobre quatro pilares⁷⁹. Em Vinhais, o acesso à única casa sobradada representada no bairro extramuros faz-se, directamente para o sobrado, por uma escada exterior, mainelada, de madeira. A documentação revela-nos, na Meda, diferentes soluções para o acesso aos sobrados. A “casa alta” dessa vila dispunha de uma escada exterior de pedra e madeira, que ligava ao primeiro dos sobrados, atingindo-se o segundo por uma interior, lígnea⁸⁰.

Quase sempre, os materiais empregues provinham das proximidades do lugar de construção. A terra areno-argilosa era de fácil extracção, em qualquer barreiro, o granito e o xisto obtinham-se quer nas pedreiras⁸¹, quer em pequenas escavações no próprio aglomerado, ou até pelo despedramento das terras cultivadas ou pelo aproveitamento de materiais de construções derruídas. Os materiais vegetais obtinham-se facilmente, dada a amplidão do *saltus*. Quanto à telha, a sua produção seria significativa, já que encontramos diversas menções aos respectivos fornos⁸². Mas podia-se ainda produzi-la no vulgar forno de louça.

A organização do espaço interno da moradia comum derivava da sua configuração material e das necessidades do agregado familiar que dela fruía. Além das funções habitacionais, a casa rural ou urbana tinha que cumprir diversas funções económicas, relacionadas com a produção agrícola, pecuária, artesanal ou comercial. Todavia, como veremos, o princípio da divisão funcional aparece apenas esboçado.

Não se aplicava de todo, obviamente, na casa unicelular, cujo espaço único abrigava as pessoas e os bens que importava proteger, incluindo a guarda dos apeiros, o armazenamento dos produtos da terra e, ao menos nalguns casos, a estabulação do gado. Espaço de sociabilidade, era-o também de relação familiar e de repouso nocturno e palco de actividades relevantes, desde a confecção de alimentos aos trabalhos do linho e da lã. Espaço onde o aconchego à lareira era a única nota de conforto, sem outra margem para a privacidade que não fosse a da obscuridão do espaço de repouso consignado a cada um; espaço de todos e de tudo: familiar e multifuncional.

⁷⁷ A. N. T. T., *O. C./C. T.*, L.º 307, fl. 89v.

⁷⁸ Cf. Vítor Manuel Pavão dos Santos, *A casa no Sul de Portugal na transição do século XV para o século XVI*, cit., p. 57; Mário Jorge Barroca, in Carlos Alberto Ferreira de Almeida e Mário Jorge Barroca, *História da arte em Portugal, O gótico*, cit., pp. 90-91.

⁷⁹ Os pilares referidos parecem ser de madeira. A estrutura define uma área, protegida das intempéries, fronteira à porta da casa. Abriga, ainda, em parte, um amplo banco de madeira colado à parede da casa.

⁸⁰ A. N. T. T., *O. C./C. T.*, L.º 307, fl. 97.

⁸¹ Para a extracção da pedra e do barro, cf. os registos toponímicos: Pedreiras, Casal da Pedreira, Barraís da Granja, Barreiro, Barro de Oleiros, Barreiros, Chão do Barreiro — *O tombo do mosteiro de São Salvador de Castro de Avelãs*, cit., p. 97 (fl. 41v); A. N. T. T., *O. C./C. T.*, L.º 307, fls. 76, 123v, 125v, 127, 127v, 144v, 157. Referência à extracção da pedra no couto de Castro de Avelãs — *O tombo do mosteiro de São Salvador de Castro de Avelãs*, cit., p. 196 (fl. 96).

⁸² Veja-se, adiante, nota 170.

Ao meio da casa, ou junto a uma das paredes, o fogo era sempre o elemento central da moradia⁸³, mas, na residência unicelular, era mesmo o único pólo de organização espacial, a partir dele se definindo de forma difusa —e em linha com a porta de entrada, tantas vezes, o único vão existente— sucessivas secções, de distinta utilização espacial, baseada em homólogas oposições entre claro e obscuro, quente e frio, seco e húmido, diurno e nocturno, cultura e natureza⁸⁴. Errava o fumo pelo interior da casa, apenas rebatido pelo caniço onde as castanhas pilavam e o porco defumava. À falta de chaminé —rara em construções deste tipo—, o seu escoamento fazia-se pelos vãos e, eventualmente, por algum buraco na cobertura⁸⁵.

Não era muito distinta a organização espacial da moradia térrea bicelular. Nos casos mais documentados, uma *casa*, *casa dianteira*, ou *cozinha*, era acompanhada por uma outra divisão, tantas vezes denominada *celeiro*⁸⁶, excepcionalmente denominada *câmara*⁸⁷. Esta compartimentação correspondia a uma muito ténue divisão funcional, pois tanto a cozinha como o celeiro eram locais de dormida, independentemente da função primária que competia a cada uma das divisões.

A especialização funcional acentuava-se na casa sobradada, mesmo na bicelular, pois aí as funções económicas atrás enunciadas tendiam a concentrar-se no piso térreo, fazendo-se o recolhimento nocturno no sobrado. A documentação não esclarece onde eram, nestes casos, confeccionados os alimentos. A hipótese mais plausível é a da localização da lareira no piso térreo, escoando-se os fumos pela porta, ou pelas janelas, quando existiam.

A casa complexa, pluricelular, proporcionava uma maior especialização dos seus espaços, um acréscimo de conforto e, até, alguma intimidade. Detenhamo-nos um pouco numa moradia deste género, a de João Mendes, cristão-novo de Miranda, constituída por casas próprias, provavelmente sobradadas, que se alargavam por duas casas contíguas, emprazadas à comenda da Longroiva. Uma delas era sobradada, e a outra meio sobradada, nesta servindo o piso térreo de estrebaria e o meio sobrado de palheiro. As casas emprazadas abrangiam uma área coberta de uns 150 m², e as próprias tinham cinco varas de largo, na parte que confrontava com as da comenda. Se atribuirmos a estas a mesma longura das outras, encontraremos

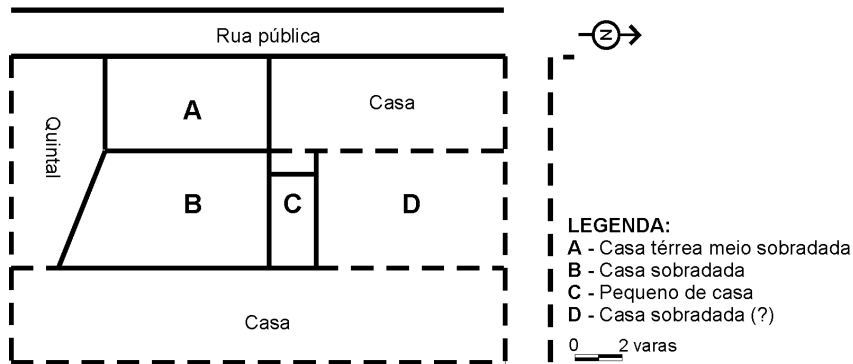
⁸³ Muito se tem escrito sobre o papel central da lareira. Entre outros, vejam-se: Emmanuel Le Roy Ladurie, *Montaillou, village occitan de 1294 à 1324*, Paris, 2000, pp. 69-70; Jean-Marie Pesez, “Le foyer de la maison paysanne (XI^e-XV^e siècles)”, *Archéologie du village et de la maison rurale au Moyen Âge*, Lyon, 1999, p. 474; Iria Gonçalves, *A construção corrente na Beira Interior nos finais da Idade Média*, cit. O lugar do fogo foi também sublinhado por Aquilino Ribeiro, *Aldeia. Terra, gente e bichos*, reed., Lisboa, 1995, pp. 10-11.

⁸⁴ Sobre a relação entre o fogo e a organização interna da casa, veja-se Pierre Bourdieu, “La maison ou le monde renversé”, *Esquisse d'une théorie de la pratique, précédé de trois études d'ethnologie kabyle*, reed., Paris, 2000, pp. 61-82.

⁸⁵ Jean-Marie Pesez, “Le foyer de la maison paysanne (XI^e-XV^e siècles)”, *cit.*, p. 467; Iria Gonçalves, *A construção corrente na Beira Interior nos finais da Idade Média*, cit.

⁸⁶ “ha ho mosteyro na dicta aldeia d allfayam hûa quintaa que tem assentamento de casas colmadas .scilicet. cuzynha e çeleyro e currall e hûa casa pera palha” — *O tombo do mosteiro de São Salvador de Castro de Avelãs*, cit., p. 57 (fl. 19v).

⁸⁷ Apenas encontramos o par *casa dianteira/câmara* no assento de casas de um casal sito em Bagueixe, no concelho de Bragança — A. N. T. T., *O. C./C. T.*, L.^o 307, fl. 118.



Casas de Miranda, emprazadas a João Mendes, cristão-novo.

casas, para afectar às actividades económicas, à sociabilidade, à vivência doméstica, à confecção de alimentos e ao repouso, decerto organizando o espaço desafogado de que dispunha com vincada especialização funcional, em contraste com a multifuncionalidade da casa que imperava em meio urbano e, sobretudo, em meio rural.

De espaços livres, contíguos às casas, encontrámos aqui e além algumas menções. De um ou outro quintal⁸⁹, exido, chão⁹⁰ ou rессio⁹¹, de pardieiros em cujo espaço se erguiam nogueiras ou amendoeiras, ou, ainda, de algum terreiro⁹², ou quintã⁹³. A sua importância, notória em meio urbano, era mais diminuta no universo rural. Mas, neste ou naquele, tais espaços eram apreciados, pois permitiam se encontrasse ao pé da porta hortaliças frescas, ervas ou frutos maduros, odores aprazíveis ou uma sombra que temperasse a quentura estival, propiciando a sociabilidade⁹⁴. Daí que muitos deles fossem protegidos por muros de pedra, cercas de madeira e entrelaçados vegetais⁹⁵.

⁸⁸ A. N. T. T., *O. C./C. T.*, L.º 307, fl. 124v.

O “pequeno” de casa, místico às casas emprazadas, rondava os 10 m² de superfície.

⁸⁹ A. N. T. T., *O. C./C. T.*, L.º 307, fl. 124v.

⁹⁰ *O tombo do mosteiro de São Salvador de Castro de Avelãs*, cit., pp. 61-62 (fl. 21v).

⁹¹ “hûu chaão de casas que de mujto tempo acaa estaa em Rессio” — A. N. T. T., *O. C./C. T.*, L.º 307, fl. 74v.

⁹² A. N. T. T., *O. C./C. T.*, L.º 307, fl. 97v.

⁹³ Por *quintã*, entenda-se aqui um terreno vedado, contíguo à casa rural. Esta acepção, distinta daquela que é a mais comum em estudos históricos, não aparece nos dicionários (o *Dicionário da língua portuguesa contemporânea da Academia das Ciências de Lisboa*, cit., vol. II, p. 3047, entrada *quintã* 1² e 3, considera apenas, como regionalismo, as de curral, ou de estrumeira em pátio), mas sobreviveu até tempos hodiernos e é registada por Aquilino Ribeiro, *Aldeia*, cit., pp. 31, 328. A. de Almeida Fernandes, *As dez freguesias do concelho de Tarouca (história e toponímia)*, Braga, 1995, p. 33, refere-a, no sentido de “pátio coberto ou, as mais das vezes, descoberto, anexo a uma habitação e destinado a arrumações, estrumeira com despejo, e até arejamento de animais estabulados”.

“no termo de tarouca tem mais a hordem hûu casal que se chama do barroncal em que ha hûua casa terrea que tem as paredes de pedra e barro cubertas de colmo ... e tem ante a porta hûua quintã çerquada de parede. leua xiiij varas de longo e viijº de largo” — A. N. T. T., *O. C./C. T.*, L.º 307, fl.141v.

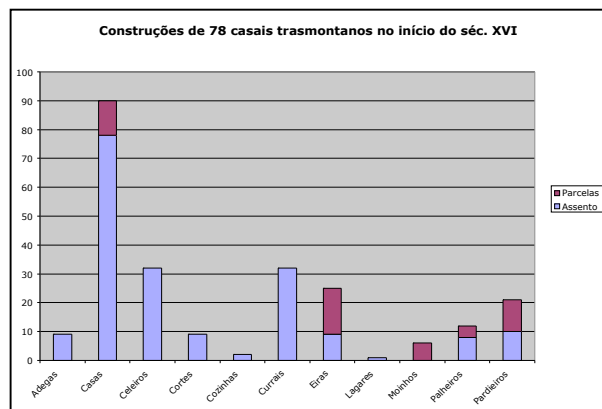
⁹⁴ Dado o carácter patrimonial da documentação consultada, poucas indicações surgem, relativas à funcionalidade destes espaços. Sublinhem-se as referências às latadas, à porta das casas, e a menção das árvores e arbustos neles plantados. Refiram-se, entre outras espécies, ameixieiras, amendoeiras,

uma área coberta de uns 110 m², incluído um “pequeno” cuja dimensão se conhece⁸⁸. Afecta uma das casas ao abrigo dos animais e à guarda da palha, João Mendes disporia de uns 100 m² de lojas e de idêntica área de sobrado, nas outras duas

Ligadas às moradias, erguiam-se com frequência algumas construções, às quais correspondiam funções específicas. Encontramo-las nas vilas e aldeias, posto que a presença e variedade destas construções adjectivas fosse mais manifesta nas unidades de exploração agrícola.

A granja de S. Salvador, do mosteiro cisterciense de S. João de Tarouca, situada entre este e a vila, subsiste ainda como unidade produtiva, agora designada quinta do Granjão. Ruída embora nalguns segmentos, mantém a sua cerca, com um perímetro de cerca de 3000 m. Em elevação fronteira à linha de água que percorre toda a granja, até desaguar no rio Varosa, ergue-se o primitivo centro da exploração. As construções subsistentes, algumas das quais de origem medieval, incluem casa de habitação, capela, fontes, lagar, eira lajeada de grandes dimensões, edifícios e espaços destinados ao armazenamento de produtos e apeiros agrícolas, celeiros e estábulos⁹⁶.

Comparativamente às granjas, era menor a escala dos casais, mas também estes dispunham, amiúde, de construções e espaços anexos, em relação com a cerealicultura, a viticultura e a pecuária. Conhecem-se bem as construções existentes, no início do século XVI, em 78 casais pertencentes ao mosteiro de Castro de Avelãs. Com muita frequência, os assentos destes incluíam, a par da casa (ou cozinha), celeiro e currais. Alguns possuíam também eira, adega, lagar, palheiro e cortes. Mas nem sempre estas construções se erguiam no assento do casal. Por vezes, a eira ou o palheiro divergia daquele, sendo instalado em qualquer parcela da unidade de exploração. O mesmo sucedia com o moinho, em todos os casos que a documentação nos revela.



castanheiros, cerdeiras, figueiras, macieiras, noqueiras, pereiras e amoreiras, cf. *O tombo do mosteiro de São Salvador de Castro de Avelãs*, cit., pp. 62 (fl. 21v), 70 (fl. 25), 92, (fl. 39), 93 (fls. 39v e 40), 97 (fl. 41v), 103 (fl. 45), 140 (fl. 64), 151 (fl. 69v), 153 (fl. 70), A. N. T. T., *O. C./C. T.*, L.º 307, fls. 127, 128. Sobre as latadas, cf. A. N. T. T., *O. C./C. T.*, L.º 307, fls. 137v, 139.

⁹⁵ Que a documentação regista e Duarte de Armas figurou, repetidas vezes.

⁹⁶ Ricardo Teixeira, "Arqueologia dos espaços cistercienses no Vale do Douro", cit., pp. 238-239.

2. A habitação senhorial

O que conhecemos hoje da habitação senhorial no Norte Trasmontano encontra-se disperso por vários trabalhos, pelo que procuraremos traçar um esboço de sistematização que permita uma primeira abordagem à informação existente. Antes de entrarmos numa análise mais detalhada dos diversos grupos – paços nobres, *domus fortis* e casas turriformes –, deixamos algumas notas introdutórias.

Em termos genéricos, podemos dizer que as habitações de “tipo senhorial” sobressaíam vulgarmente pela qualidade dos materiais empregues (pedra e telha) e pelo facto de serem construções com pelo menos um sobrado. Procuravam uma certa proeminência, por vezes sublinhada por elementos de aparato militar.

Nos finais da Idade Média, esses espaços eram cada vez mais providos de conforto, visível no exterior através da proliferação de chaminés e de aberturas cada vez mais rasgadas. O prestígio associa-se não só à exteriorização do carácter defensivo da construção, mas também às suas amenidades áulicas. Como o disse tão bem Carlos Alberto Ferreira de Almeida, “Um dos fenómenos mais curiosos da arquitectura do século XV, (...), é o da miscigenação do aparato dos paços com o dos castelos e vice-versa”⁹⁷. E é apenas nesta perspectiva que abordaremos aqui os castelos, ou seja, unicamente no que diz respeito à análise dos aspectos habitacionais, pelo que o leitor não encontrará neste texto qualquer exame dos elementos das fortificações em si.

O mundo do trabalho estava praticamente ausente do interior dos muros das residências de tipo senhorial, sendo apenas recordado pela presença de celeiros e adegas, ligados sobretudo à armazenagem dos bens que os camponeses entregariam ao seu senhor⁹⁸ e não à produção. As casas-torre⁹⁹, implantadas em vales férteis, aproximavam-se das áreas produtivas, talvez para que a pequena nobreza melhor pudesse controlar as suas fontes de rendimento. A torre poderia mesmo ser construída com esse intento de cobrar direitos. Nestes casos, o próprio piso térreo da construção poderia funcionar como local de armazenamento¹⁰⁰.

Relativamente à função defensiva, devemos destacar que, de uma forma geral, as estruturas castelares não prescindiam da faceta mais prática, muito embora a concentração nas torres de menagem de grande número de elementos de defesa activa contribuísse também para a sua monumentalidade, acentuando a sua faceta simbólica.

Quanto às casas-torres, só raramente teriam desempenhado um papel verdadeiramente defensivo¹⁰¹; devemos olhar as ameias, balcões com matacões e seteiras,

⁹⁷ Carlos Alberto Ferreira de Almeida, “Arquitectura Gótica Militar”, in: Carlos Alberto Ferreira de Almeida e Mário Jorge Barroca, *História da Arte em Portugal, O gótico*, cit., p. 86.

⁹⁸ Luís Filipe Oliveira, “As residências dos Coutinhos na região de Lamego (séculos XIV-XV)”, *cit.*, p. 299.

⁹⁹ Neste texto, as expressões “casa-torre” e *domus fortis* são usadas como sinónimos.

¹⁰⁰ Cf. Mário Jorge Barroca, “Arquitectura gótica civil”, in: Carlos Alberto Ferreira de Almeida e Mário Jorge Barroca, *História da arte em Portugal, O gótico*, cit., p. 105.

¹⁰¹ O que acontece no caso excepcional da torre de Penegate, que manifesta preocupações de defesa na sua implantação e cuja construção foi autorizada pelo monarca, cfr. Mário Jorge Barroca,

sobretudo como imitação da linguagem arquitectónica guerreira e forma de prestigiar o edifício e seus possuidores.

Podemos dividir as residências de tipo senhorial do Norte Trasmontano em três grupos: o dos paços nobres ligados às alcaldarias dos castelos, o das *domus fortis* em meios rurais¹⁰² e o das casas turriformes que surgem nas povoações¹⁰³. Saliente-se que esta distinção não se pretende rígida, devendo ser entendida como mero ponto de partida para o estudo destas habitações.

O primeiro grupo é o que está mais bem representado pelas nossas fontes, sobretudo pelos debuxos de Duarte de Armas. Caracteriza-se mormente pela adaptação das estruturas defensivas preexistentes, às quais seriam adicionados alguns confortos residenciais, sem prejuízo da sua função primeira. Este fenómeno ter-se-ia acentuado no decurso do século XV¹⁰⁴, quando se rasgaram janelas, se ergueram sobrados e se alçaram chaminés; o escudeiro de D. Manuel proporciona-nos vistas das fortalezas dos inícios do século XVI, aí deixando plasmadas as alterações do século anterior.

Da análise das panorâmicas de Duarte de Armas, podemos imediatamente excluir as fortalezas que não tinham sequer o mínimo de condições que seriam de esperar num castelo. Era o caso de Portelo, em que as casas eram cobertas de palha¹⁰⁵ e o debuxador se sentiu na necessidade de explicar que os cunhais da torre eram de cantaria, e também da Piconha, igualmente pobre, com uma cobertura de colmo na torre de menagem¹⁰⁶. Por certo, os alcaides-mores destes castelos não residiam aqui.

Depois, temos casos que implicam uma análise mais pormenorizada, como Freixo de Espada-à-Cinta, onde existe uma torre poligonal¹⁰⁷ que ostenta os mais modernos dispositivos militares (*machicoulis*), e que, inclusive, era mais alta que a torre de menagem. Estas torres não apresentavam, todavia, qualquer sinal de conforto residencial, como janelas, ou chaminés. Pelo contrário, uma torre qua-

“Em torno da residência senhorial fortificada. Quatro torres medievais na região de Amares”, *cit.*, pp. 9-61. Acerca dos elementos defensivos usados nas casas-torres, cfr. Mário Jorge Barroca, “Torres, casas-torres ou casas-fortes. A concepção do espaço de habitação da pequena e média nobreza na Baixa Idade Média (sécs. XII-XV)”, *cit.*, pp. 39-102.

¹⁰² Ver definição de Mário Jorge Barroca, “Torres, casas-torres ou casas-fortes. A concepção do espaço de habitação da pequena e média nobreza na Baixa Idade Média (sécs. XII-XV)”, *cit.*, pp. 66-67.

¹⁰³ Estas seriam construções que se distinguiam das demais, podendo pertencer a qualquer estrato privilegiado da sociedade. No caso do Porto exceptuava-se a nobreza: “As casas-torres do Porto eram construções de qualidade, que contrastavam com a maioria das casas do burgo, merecendo por isso designação individualizadora [...]” (Mário Jorge Barroca, “Torres, casas-torres ou casas-fortes. A concepção do espaço de habitação da pequena e média nobreza na Baixa Idade Média (sécs. XII-XV)”, *cit.*, pp. 57-58).

¹⁰⁴ Carlos Alberto Ferreira de Almeida, “Arquitectura Gótica Militar”, *cit.*, p. 85.

¹⁰⁵ Duarte de Armas, *Livro das fortalezas*, *cit.* – comentário na planta, fl. 132.

¹⁰⁶ Para além da pobreza que testemunha, está ainda “em completo desacordo com as mais elementares regras da arquitectura militar” como sublinha Mário Jorge Barroca, “Arquitectura Gótica Civil”, *cit.*, p. 89.

¹⁰⁷ Na planta de Duarte de Armas, *Livro das fortalezas*, *cit.*, fl. 129, a torre é desenhada como octogonal, pequeno erro do desenhador, uma vez que a torre — que está bem conservada — tem apenas sete lados. Cf. www.monumentos.pt (0404020002, documentação gráfica, Ernesto Jana, 1994).

drangular da muralha, coberta por telhado de quatro águas, tinha uma série de vãos rasgados e também o que parece ser uma latrina¹⁰⁸. Concordamos com Mário Barroca que a primeira torre, também conhecida por *Torre do Galo*, tenha sido usada como torre de menagem a partir do momento em que foi construída, pela sua altura e construção cuidada (em silharia de granito isódoma, onde se reconhecem muitas siglas), apesar de Duarte de Armas ter dado essas honras ao torreão que anteriormente havia desempenhado essas funções. As abóbadas ogivais que cobrem os pisos são uma nota de requinte construtivo, embora a iluminação destes espaços seja garantida apenas pelas estreitas frestas. Esta obra, que se pode atribuir ao rei D. Fernando¹⁰⁹, obtém o seu prestígio através da sua altura e elegância construtiva, sem recorrer porém a uma clara linguagem de nobilitação desse espaço, cujos indicadores consideramos serem as chaminés, associadas a janelas amplas, simples ou ostentando decoração. Estão portanto à margem deste texto os exemplares que não possuem algum destes elementos.

As soluções encontradas, neste compromisso entre a defesa e o conforto, são diversas e, normalmente, o paço extravasava a torre de menagem, sendo composto por vários edifícios, correspondentes a diversas funções. Neste âmbito, a informação do tombo de Longroiva¹¹⁰ revela-se excepcional, uma vez que nomeia e descreve os vários edifícios que se encontravam dentro do recinto castelar. O “*apousentamento*” do comendador encontrava-se “arredor” da torre de menagem e era composto por um “recebimento pequeno” e uma “sala” sobradada à qual se acedia por uma “escada de pedra”¹¹¹. Esta sala possuía ainda uma “bõoa janella d assentos” e uma “chamjnee grande de madeira barrada”. Sabemos que esta sala era “feita de nouo” e que os portais e arcos eram de cantaria, bem como as suas paredes. A “*camara*” seria acedida através da sala e era “outrosi nouamente feita bem madeirada de madeira de castanho e telhada de telha vã e tem hũa janella d assentos”. É-nos também referido que as paredes eram “cafelladas da parte de dentro”. Uma outra *sala*, dita “velha”, tinha um “portal novo de pedraria” e “e cuberta de telha vaã”, encontrando-se nela uma “escaada de madeira per que vam aa dicta torre” [de menagem]¹¹². No andar inferior, situava-se uma “logea (...) que ora serve de *adega*”. Outras duas casas são referidas, sem que haja menção da sua função, dizendo-se apenas que eram pequenas. Havia, contudo uma “janella noua de pedraria com seus assentos”. Em frente da sala, existia uma “casa sobradada”, também nova, que “he *casa dos ospedes*”, com “paredes de cantaria bem obrada” e uma janela voltada a poente. Um

¹⁰⁸ Trata-se de um pequeno balcão não ameado e que não aparece na planta do escudeiro de D. Manuel (cf. *Livro das fortalezas*, cit., fls. 77 e 129), que assinala cuidadosamente os balcões com matacães.

¹⁰⁹ Mário Jorge Barroca, “D. Dinis e a arquitectura militar portuguesa”, *Revista da Faculdade de Letras — História*, Porto, 2.ª série, vol. 15 (1), 1998, p. 814, nota 31.

¹¹⁰ A.N.T.T., *O.C./C. T.*, L.º307, fls. 89-163. Texto que se menciona entre aspas na descrição de Longroiva que se segue.

¹¹¹ Uma escada em pedra é indicação de uma construção bastante cuidada, a outra escada a que se faz referência, que leva à torre de menagem, é em madeira, provável herança de preocupações defensivas que recomendam acessos amovíveis no último reduto.

¹¹² A julgar pela descrição do tombo, a sala antiga ficava no edifício adossado à torre de menagem, pelo que se pode pensar que teria sido o primitivo acrescento habitacional. Isto é interessante se pensarmos que é exactamente este o rumo da própria *domus fortis*.

edifício térreo servia de *cozinha* e “tem dentro hûu forno”, possuindo cobertura em “madeira uelha e telhada de telha vaã”; é de supor que esta divisão fosse independente para prevenir problemas com o fogo¹¹³. O “*çeleiro*” é um edifício térreo coberto de telha e a “*estrebaria*” com “suas manjadoiras” está numa casa térrea igualmente coberta de telha. Da descrição destaca-se ainda que a torre de menagem tem uma “boña janella noua contra o ponente”, que, de todas as remodelações indicadas, é a única que chegou aos nossos dias. Trata-se de duas janelas rectangulares, com mainel central sextavado. A porta da torre é um vão rectangular com arco de descarga redondo, o baluarte é rematado por ameias e possui seteiras em cruz.

A muralha arruinada — o “muro uelho per parte derybado que foy jaa em outro tempo cerqua do dicto castello” —, a par das remodelações a nível habitacional, mostra-nos como a função defensiva do castelo perdera importância para o conforto e ostentação. A torre de menagem já seria mais um símbolo do que uma importante estrutura militar. Este fenómeno explica-se pela perda do papel estratégico que Longroiva anteriormente desempenhara, quando se encontrava na fronteira com o sul islâmico, tornando a estrutura obsoleta no contexto da nova organização territorial concentrada na defesa de uma fronteira mais a oriente.

¹¹³ Ao contrário do que transparece da reconstituição do castelo de Longroiva tentada pelo arquitecto José Daniel Santa Rita no trabalho de Rita Costa Gomes, *Castelos da Raia*, vol. 1 – *Beira*, 2.^a ed., Lisboa, 2001, pp. 128-129, em que a cozinha aparece adossada à torre de menagem. Esta reconstituição hipotética levanta alguns problemas, pois a topografia do terreno não comportaria uma distribuição dos edifícios tal como aí é feita e a cisterna (que ainda hoje existe) está erradamente localizada. Pessoalmente entendemos que a torre deveria estar um pouco mais desafogada de construções. As plantas dos castelos de Duarte de Armas dão-nos a entender quão vulgar era que os edifícios se adossassem às muralhas, deixando um certo espaço interno livre; não vemos por que razão aqui também não fosse assim. Hoje, o paço desapareceu por completo e apenas algumas pedras de cantaria lembram os portais e janelas de que fala o tomo.

Longroiva¹¹⁴

Designação	Dimensões segundo o tomo	Cálculos em metros	Superfície
“torre de menagem”	“cinco varas de longo e tres varas de largo”	$(5,5 \times 3,3 \text{ m} = 18,15 \text{ m}^2) \times 2$	36,3
“salla he sobradada”	“leua de longo oito varas e quatro e meya de largo”	$(8,8 \times 4,95 = 43,56 \text{ m}^2) \times 2$	87,1
“camera”	“leua cinco varas de longo e quatro de largo”	$5,5 \times 4,4 = 24,2 \text{ m}^2$	24,2
“salla velha” + “adega”	“que leua sete uaras de longo e cinco de largo”	$(7,7 \times 5,5 = 42,35 \text{ m}^2) \times 2$	84,7
“casa pequena velha”	“leua de longo seis varas e tres de largo”	$6,6 \times 3,3 = 21,78 \text{ m}^2$	21,7
“casa pequena”	“que se nom medio por estar fechada”		-
“casa dos ospedes”	“leua de longo cinco varas e quatro de largo e he sobradada”	$(5,5 \times 4,4 = 24,2 \text{ m}^2) \times 2 ?$	48,4
“cozinha”	“leua sete varas de longo e quatro de largo”	$7,7 \times 4,4 = 33,88$	33,8
“çeleiro”	“leua seis varas e meya de longo e seis escassas de largo”	$7,15 \times 6,6 = 47,19 \text{ m}^2$	47,1
“estrebaria”	“leua sete varas de longo e cinco de largo”	$7,7 \times 5,5 = 42,35 \text{ m}^2$	42,3
Total do espaço residencial “de qualidade” (a negrito)			223,75
TOTAL:			425,6

As várias menções a estruturas feitas de novo e a estruturas ditas “velhas” permitem pensar em remodelações e acrescentos feitos um pouco ao sabor da necessidade e que não respeitariam um plano prévio. Houve, contudo, cuidado com a utilização de materiais nobres, como a pedra para as paredes da sala (que seria o aposento mais importante), portais e janelas, onde se procurou espelhar algum requinte, e as coberturas em telha, mesmo para os anexos como a cozinha (aqui seria também uma questão prática, para evitar os incêndios), o celeiro e a estrebaria. As remodelações mais recentes parecem demonstrar uma preocupação com o conforto e a habitabilidade, sobretudo representada pelo rasgar de três janelas de pedra com suas conversadeiras e pela chaminé. Esta última está na sala onde se concentram uma série de outros elementos de aparato, como a “escada de pedra com seu mainel outrosi de pedra” e sobre a qual “estam huïs almarios novos de castanho”, referência a uma peça de mobiliário, que como sabemos era excepcional na época, e que nos permite supor que este compartimento – também o mais amplo com os seus 43,5 m² – seria a aula.

Em Longroiva temos quase um paradigma no que toca à funcionalidade dos edificios das alcaidarias dos castelos, com correspondência noutros ambientes semelhantes desenhados por Duarte de Armas. Nomeadamente: a importância da sala ou aula de “*recebimento*”, que deveria ser um espaço amplo, de início localizado

¹¹⁴ Este pequeno quadro procura sintetizar a informação do tomo relativamente às dimensões do espaço coberto; as medidas indicadas para a torre (as únicas que é possível contrastar com os vestígios actualmente existentes) correspondem às paredes interiores e estão de acordo com a medição actual, o que nos permite supor que todas as informações são minimamente fiáveis. Este facto, aliado à indicação de que a casa pequena “que se nom medio por estar fechada”, mostra-nos que as medidas são interiores e portanto nos dão conhecimento da área útil das divisões.

na torre de menagem e que depois se deslocaria para um novo espaço anexo¹¹⁵. A câmara, por vezes contígua ao espaço público da sala, era local mais recolhido, embora a sua privacidade fosse relativa — como, aliás, a de todos os espaços mediévidicos dada a falta de corredores —, mas ao ocupar os sobrados superiores da torre de menagem, ou de edifício anexo, acabava por se tornar mais íntima. Era vulgarmente denunciada pela presença de janelas rasgadas com bancos afrontados e chaminés, o que permitia arejar e aquecer a divisão, proporcionando maior conforto. Os balcões estavam pouco difundidos na área do Norte Trasmontano, mas encontravam-se casos interessantes como o do Mogadouro¹¹⁶, onde, nos edifícios sobradados anexos à torre de menagem, no corpo turriforme, surgem duas espaçosas janelas centrais com balcões, provavelmente lígneos, sobranceiros à vila; neste conjunto as ameias e as esguias chaminés cilíndricas ameadas redobravam o aparato¹¹⁷.

Os edifícios organizar-se-iam em torno do pátio central do castelo, adossando-se às muralhas, por vezes aproveitando mais do que o apoio, rasgando-se mesmo janelas nesses muros¹¹⁸, o que traria certamente algum inconveniente do ponto de vista defensivo, provavelmente denotando a secundarização deste aspecto face ao aparato prestigiante.

Estruturas como as latrinas, também introdução novel no espaço habitacional, parecem detectar-se, por exemplo, em Freixo de Espada-à-Cinta (vista sul) e Outeiro¹¹⁹. Trata-se de estruturas semelhantes aos balcões com matacões, destacadas dos muros, provavelmente em madeira, aparecendo em locais onde não seria necessário colocar aquele tipo de defesa activa¹²⁰.

É nas torres de menagem dos castelos fronteiriços que encontramos o maior número de sinais de nobilitação dos espaços, o que se deve tanto à simbologia desse torreão como ao facto de ser o edifício que mais facilmente se conservou até aos nossos dias. Há ainda o caso de castelos que deixaram de interessar ao poder central em termos de estratégia (fronteira) e que foram renovados pelos seus alcaides numa lógica residencial, neste grupo podemos incluir Longroiva e Penedono.

Do conjunto de edifícios que aqui abordamos, Penedono é o exemplo mais exuberante que chegou até nós da nova arquitectura carregada de “teatralidade

¹¹⁵ No caso de Longroiva, esse primeiro espaço anexo parece ser depois abandonado em prol dos edifícios construídos pouco antes da escrita do tomo, o que nos indica a existência de várias fases de expansão do espaço destinado à habitação do alcaide e dos seus.

¹¹⁶ Duarte de Armas, *Livro das fortalezas*, cit., fls. 78v-80. De que não resta actualmente qualquer vestígio arquitectónico para além da parede em alvenaria de xisto, característica construtiva que terá facilitado a sua ruína.

¹¹⁷ É possível contar três chaminés neste edifício voltado para oeste, que possui um corpo quadrangular mais elevado com um telhado de quatro águas, e ainda mais quatro nos restantes volumes telhados que se erguem acima da muralha, adossados à torre de menagem e à torre pentagonal.

¹¹⁸ Como é visível na panorâmica Oeste de Outeiro e no caso mais flagrante do Paço do castelo do Mogadouro, cfr. Duarte de Armas, *Livro das fortalezas*, cit., fls. 87 e 79.

¹¹⁹ Neste último caso não há dúvidas, Duarte de Armas assinala mesmo na planta: “necesaryas” (*Livro das fortalezas*, cit., fl. 130v).

¹²⁰ A similitude das estruturas permite que em ambas se possam efectuar despejos.

senhorial”¹²¹, com as suas torres adelgaçadas encimadas por balcão apoiado sobre mísulas e sobrepujado por ameias piramidais. A monumentalidade da porta foi conseguida através da construção de um elegante arco que une as duas torres esguias que flanqueiam a entrada, pois a porta propriamente dita encontra-se descentrada no muro e a cantaria da porta não demonstra particular cuidado¹²². O recinto amuralhado é pouco extenso (70 metros de perímetro)¹²³, descrevendo uma planta poligonal, de feição triangular; no seu interior albergaria edifício sobradado de que apenas restam os negativos dos apoios. Largas janelas, com bancos afrontados, rasgam os muros à altura do segundo piso, anunciando os aposentos nobres que aí existiam. Segundo Rita Costa Gomes, a remodelação do castelo de Penedono poderá dever-se a D. Francisco Coutinho, conde de Marialva desde 1471, que foi vedor das obras reais na Beira e cujo enlace com D. Maria de Ulloa teria proporcionado contacto com partidários castelhanos do rei português. Desta forma teria tido oportunidade de conhecer a realidade de além fronteira no que toca às construções residenciais nobres, o que poderia ter influenciado a traça que escolheu para a sua residência como alcaide do castelo de Penedono¹²⁴.

Um percurso pela fronteira revelará como a importância estratégica se alia à nova importância residencial dos espaços castelares, sendo de grande relevo a iniciativa régia. Iniciemos pois um curto périplo por essas fortalezas.

No castelo de Montalegre facilmente sobressai a torre de menagem de linguagem gótica, não só pela sua altura (Duarte de Armas informa que tinha vinte e duas varas e meia, cerca de 25m), mas também pela elegância que lhe emprestam os balcões com matacões, quatro de secção circular nos cantos e dois centrados nas fachadas norte e sul, todos sobre mísulas trilobadas e ainda providos de merlões. Todavia, se excluirmos as aberturas que dão acesso aos balcões não existem janelas, apenas se documentam frestas. O acesso à única porta, de arco quebrado, era elevado, existindo um balcão pétreo corrido que talvez recebesse uma escada amovível. Portanto, é o interior que tem mais interesse do ponto de vista da residência de qualidade, uma vez que “tem di pera cyma quatro vaaos he abobadada em cyma”¹²⁵, ou seja, tem mais um piso do que é habitual nestas estruturas, sobretudo quando é maciça até ao nível da entrada, e o terceiro assenta sobre uma abóbada, saliente-se ainda que os sobrados eram suportados por uma consola corrida e que as frestas se alargam airoosamente para o interior em arco de volta perfeita.

A torre de menagem do castelo de Monforte de Rio Livre também esconde nas suas paredes austeras alguns confortos interiores. Duarte de Armas descreve-a como tendo “dous vaaos e no fundo dela tem hua cystema”, informa que “esta coregida toda de nouo e mui bem forada dolivell”¹²⁶ e desenhou com esmero os parapeitos amatacanados (*machicoulis*) que coroam o edifício.

¹²¹ Carlos Alberto Ferreira de Almeida, “Arquitectura gótica militar”, cit., p. 85.

¹²² Como aliás é recorrente em toda a estrutura, foram usados blocos graníticos não isódomos e de dimensões pequenas/médias.

¹²³ Rita Costa Gomes, *Castelos da Raia*, vol. 1 – *Beira*, cit., p. 131.

¹²⁴ Rita Costa Gomes, *Castelos da Raia*, vol. 1 – *Beira*, cit., p. 131.

¹²⁵ Duarte de Armas, *Livro das fortalezas*, cit., fl. 131v.

¹²⁶ Duarte de Armas, *Livro das fortalezas*, cit., fl. 131.

Como se compreende, não deu igual atenção ao registo das aberturas, desenhou apenas três frestas não muito estreitas, duas na parede exterior (voltada a sul), que se confirmam, e outra na parede cuja face dá para o interior da cerca do reduto (voltada a nascente), onde existe a porta da torre e nenhuma outra abertura. Não representou duas frestas, uma na parede poente e outra voltada para a vila (parede norte) sobre a qual existe ainda uma janela geminada de arcos quebrados e conversadeiras, esta última denunciando o piso nobre que também é coberto por uma abóbada de berço que arranca do piso anterior, apoiando-se o sobrado em consola. É deste último piso que parte uma escada pétreia em caracol, aproveitando a largura do muro. Sobre a porta da torre, um lacrimal e consolas fazem adivinhar um alpendre. É possível que daqui se acesse ao edifício sobradado que Duarte de Armas desenha em planta adossado à torre¹²⁷, prolongando-se assim o espaço residencial.

Chaves também possui uma torre de menagem que, morfologicamente, é semelhante aos dois últimos exemplares, mas mais requintada, como seria de esperar. É curioso que Duarte de Armas não represente uma única abertura deste edifício, embora em planta não se esqueça de deixar expressas a porta e os vãos que dão acesso aos balcões de canto¹²⁸. Mais uma vez é o coroamento do baluarte com balcões (com matacões) que lhe confere majestade; neste caso, conta oito, um centrado em cada uma das paredes e mais quatro de canto de secção circular, assentes sobre mísulas trilobadas e rematados por ameias. O escudeiro de D. Manuel informa ainda que esta torre “tem cynquo vaãos com duas abobodas .s. hũa abobada no andar do muro e a outra aboboda em todo cyma e sobre esta aboboda trauejada de muitas vigas muj grosas huas em cyma das outras e no fundo desta tore hua cys-terna”, portanto possui quatro pisos úteis, o terceiro dos quais é coberto por uma abóbada de berço, os restantes sobrados assentariam sobre as consolas pétreas, a referência a um sólido vigamento poderá reportar-se à estrutura que cobre o último piso que suportaria o telhado de quatro águas visível nas panorâmicas do debuxador.

Ao contrário do que é habitual, existem duas portas, uma no primeiro e outra no segundo piso, eventualmente indicando uma preocupação com a separação dos diferentes espaços, uma vez que a porta superior serve as áreas mais nobres, sendo acedida através de passadiço líneo que liga dois balcões pétreos assentes sobre mísulas, acesso que estaria anexo ao adarve. O arejamento e iluminação são garantidos por várias aberturas; o primeiro piso possui apenas uma fresta ao lado da porta, enquanto que os andares que se seguem possuem, para além das estreitas frestas – que alargam para o interior em arco de volta perfeita –, janelas em arco quebrado geminadas, com conversadeiras internas, voltadas a sul, tal como as portas. No terceiro piso, o que possui a abóbada, há ainda o conforto de uma lareira, estrutura de granito adossada à parede norte que surge no telhado em forma de chaminé quadrangular. Na planta do escudeiro de D. Manuel, não aparece indicado, como é habitual, nenhuma outra construção sobradada para além da torre de menagem, contudo a colocação de escadas parece não servir apenas o acesso ao

¹²⁷ Duarte de Armas, *Livro das fortalezas*, cit., fl. 131.

¹²⁸ Duarte de Armas, *Livro das fortalezas*, cit., fls. 95-96, 131v.

adarve e na panorâmica de oeste aparece pelo menos um edifício cujo telhado de duas águas e chaminé se elevam acima das muralhas.

Em Bragança, a saliente silhueta da torre de menagem denuncia o seu carácter gótico e pelas suas dimensões é perceptível o seu cunho residencial. Iniciada nos finais do século XIV, terá sido concluída ainda na primeira metade da centúria seguinte¹²⁹, sendo desenhada pelo debuxador real como uma requintada torre, possuindo várias janelas amplas, uma das quais procura reproduzir a geminada de arco ogival muito decorada da parede leste, e um coroamento algo singular com quatro pequenos cubelos já muito próximos das guaritas. Na planta esquiçada pelo mesmo é colocada a seguinte informação: “tem afora ho apousentamento de todo cyma 24 apousentamentos de duas varas de larguo e 2 v 2 p de longo e no fundo da dita tore hũa cystema que tem 10 v de vão”¹³⁰. A espaçosa torre possui então mais de duas dezenas de pequenos compartimentos organizados por quatro pisos em volta de uma escadaria central, a que acresce o “apousentamento” mais amplo no topo¹³¹, servido por portas de arco quebrado – maiores do que as que permitem aceder aos compartimentos mais pequenos – e bem iluminado por seis folgadas janelas de arco quebrado, duas das quais profusamente decoradas (uma na face leste e outra voltada a sul)¹³². Não há dúvida de que se trata do piso nobre. A escadaria central permite um articulado residencial, só possível pelas grandes dimensões do edifício, que possibilita alguma privacidade (apesar de os compartimentos comunicarem entre si), algo de excepcional para uma época que ainda não conhecia o uso do corredor.

Em termos gerais, verifica-se que o aparelho granítico é usado apenas na sapata, nos cunhais, remate superior e nos vãos¹³³, sendo o recheio de alvenaria de xisto com algum granito, o que de certa forma é contrastante com o aparato do edifício. É de realçar que os pequenos cubelos que rematam os ângulos da torre não são balcões, nem possuem as vulgares aberturas inferiores que permitem o tiro vertical, uma vez que assentam sobre um reforço dos cunhais que se elevam ao nível do último piso sobre elegantes mísulas quadrilobadas e conferem à estrutura um carácter ostentatório. Possui um único balcão com matacões na face norte, descentrado sobre a porta que dá acesso ao baluarte.

¹²⁹ Rita Costa Gomes, *Castelos da Raia*, vol. 2 – *Trás-os-Montes*, Lisboa, 2003, p. 151.

¹³⁰ Duarte de Armas, *Livro das fortalezas*, cit., fl. 130v. A superfície corresponderia então a 5,80 m² (2,20 x 2,54 m), cálculos já apresentados por João Gouveia Monteiro em *Os castelos portugueses dos finais da Idade Média*, Lisboa, 1999, p. 61.

¹³¹ Hoje existem cinco compartimentos no último piso da torre, ligados entre si e ao vão da escada, três de pequenas dimensões, mas quase duas vezes maiores que os dos pisos inferiores, e dois mais amplos, todos eles com um pé direito elevado. É possível que Duarte de Armas se tenha a ele referido como um único aposento por funcionar como aula. Através do alçado e plantas disponibilizados na página da DGEMN (www.monumentos.pt) é possível perceber que há mais espaço disponível em detrimento da espessura dos muros. Talvez essa aligeiramento dos muros tenha levado à consolidação dos cunhais para permitir suportar os cubelos nos cantos.

¹³² As janelas estão igualmente distribuídas pelas fachadas, duas em cada. Há ainda um pequeno postigo na face oeste, entre as duas janelas.

¹³³ Também as portas interiores são em cantaria de granito, tal como a actual escadaria interna que liga os vários pisos. Note-se ainda que é possível identificar várias siglas nos silhares.

A área residencial do castelo de Bragança não se esgotava, contudo, no edifício que se conservou até aos nossos dias. Se observarmos a face que se volta para o interior do pátio da dita “torre da princesa”, podemos constatar a existência de numerosas portas e até o arranque de um arco em tijolo, sobre mísula granítica, que se ergueria ao nível do segundo registo¹³⁴. É provável que não estejamos longe da realidade se identificarmos esta torre com aquela a que Duarte de Armas adossa um edifício sobradado de corpo rectangular, que desenha em ambas as vistas que dedica a Bragança, na qual se rasgam várias janelas¹³⁵ e que sustenta um telhado de quatro águas e uma chaminé cilíndrica. Esta torre poderia funcionar como ligação entre os vários pisos do edifício que a ela se adossava¹³⁶, este deveria possuir no piso térreo uma fachada em arcaria¹³⁷ e, pelo menos, mais dois pisos sobradados, no último dos quais se abririam as (sete) janelas que o escudeiro de D. Manuel nos mostra na vista de leste¹³⁸. De acordo com a mesma vista este edifício seria coberto por telhado de duas águas e possuiria ao centro uma chaminé ameada de secção rectangular. Segundo a planta de Duarte de Armas existiria outra construção sobradada encostada à muralha poente. Actualmente, ao observarmos esse muro, constatamos a existência de uma janela de cantaria de granito que deveria corresponder ao segundo piso desse edifício. Três degraus permitiam chegar às conversadeiras¹³⁹ que flanqueia a abertura em arco redondo. Estamos, portanto, perante um complexo conjunto de edifícios munidos de confortos residenciais voltados para um pátio interior, onde existia o abrigo de uma arcaria e o acesso aos vários prédios e adarve, bem como a duas cisternas cobertas.

Depois desta breve incursão, podemos dizer que os paços nobres ligados às alcaidarias dos castelos são construções bastante heterogéneas, não existindo um modelo único, mas sim diversas soluções ligadas a várias condicionantes, nomea-

¹³⁴ Também em tijolo são os lintéis e as ombreiras de três das cinco portas que se podem observar nesta torre. Tal como a chaminé que se pode aí ver hoje, de que desconhecemos a cronologia. Não nos foi possível aceder ao interior deste edifício, nem a DGEMN publicou na internet qualquer planta ou alçado desta torre, pelo que o seu papel no articulado residencial é apenas conjectural.

¹³⁵ Trata-se de uma janela de arco redondo na vista leste e de três janelas quadrangulares e duas frestas na banda de oeste (cfr. Duarte de Armas, *Livro das fortalezas*, cit., fls. 89-90); relativamente a duas destas últimas três aberturas, é possível observar que o desenhador introduziu o pormenor de um reticulado formando 9 quadrados que talvez correspondam à utilização de vidro, que na época era usado em edifícios de excepção, como é o caso.

¹³⁶ O que é possível apenas vislumbrar quando se observa do exterior esta estrutura, que não está acessível ao público, atrevemo-nos a sugerir-lo uma vez que Rita Costa Gomes o afirma na página 152 dos *Castelos da Raia*, vol. 2 – *Trás-os-Montes*, cit.

¹³⁷ Se assim interpretarmos o que é cuidadosamente desenhado por Duarte de Armas na planta da fortaleza com a forma que usualmente destina aos vãos, mas sobrepondo-lhes semicírculos de maiores dimensões. São precisamente seis vãos que representarão portas e mais cinco curvas que poderão corresponder aos arcos. Acerca da fachada porticada vide supra nota 45. Rita Costa Gomes, *Castelos da Raia*, vol. 2 – *Trás-os-Montes*, cit., p. 151, refere a existência de uma “importante «galéria» ou pórtico, suportando os aposentos «sobradados»”, mas não especifica em que se baseou para o inferir.

¹³⁸ Segundo a mesma panorâmica (cfr. Duarte de Armas, *Livro das fortalezas*, cit., fl. 90), neste piso existiria ainda uma estrutura que aparece como um pequeno balcão, seriam as latrinas?

¹³⁹ Hoje só subsiste um desses bancos, mas estas estruturas eram simétricas e apesar da inacessibilidade do local parece-nos que a pedra correspondente terá sido fracturada.

damente os espaços castelares onde se implantam. É de sublinhar que aqui apenas se analisou a componente habitacional dos castelos e que qualquer apreciação da arquitectura militar foi sempre subordinada à compreensão do espaço residencial.

A *domus fortis*, que se terá difundido nos séculos XIII e XIV, foi modelo adoptado pelas pequenas linhagens em processo de afirmação de poder¹⁴⁰. A sua fórmula simples é a de uma torre, à maneira das torres de menagem dos castelos, à qual poderia acrescentar-se um anexo sobradado. Estas construções surgiram em vales férteis e estariam ligadas a um controlo da área pela linhagem que as erguia¹⁴¹.

Infelizmente não se conhecem muitos exemplos destas estruturas no Norte Trasmontano. Apesar da sua construção com materiais nobres, pelo menos no que respeita à torre, muitas vezes delas só resta o topónimo, o que não nos permite a identificação segura do tipo de edifício e muito menos a sua caracterização¹⁴². A documentação indica-nos que nos inícios do século XVI alguns exemplares já não estariam em uso: numa herdade da comenda da Longroiva, chamada “torre de domjngos meendez”, encontrava-se “hûu grande pardieiro que se diz seer jaa torre em outro tempo e chama se o *paaço da torre*. e abaixo deste pardieiro vam outros mujtos *per que* se mostra seer ja hi em outro tempo grande pouorado”¹⁴³. Na zona de Bragança, estão registados em documentação do mosteiro de Castro de Avelãs alguns topónimos interessantes: “ho paaço” (Ousilhão)¹⁴⁴, “paaço de saauariz” e “paaço da quintaa de ssauariz” (Sabariz, Langomar)¹⁴⁵, “terra do paaço” (Vinhais)¹⁴⁶. Contudo, não temos qualquer indicação quanto ao tipo de estrutura que deu o nome a estes locais, apenas a designação e a implantação rural nos permitem supor que poderão ter correspondido a um edifício como a *domus fortis*.

A importância das monografias locais ou linhagísticas para o conhecimento destes edifícios é confirmada pelos trabalhos de Almeida Fernandes e, mais recentemente, pelo estudo de Luís Oliveira sobre os Coutinhos¹⁴⁷. Este último investigador pôs em evidência a existência de duas residências do tipo *domus fortis*, com sua torre e anexo (provavelmente), utilizadas pelos Coutinhos, mas nem sempre obra sua: a de Fonte Arcada (Sernancelhe) e a de Ferreirim (Lamego).

A torre de Ferreirim não suscita dúvidas na sua classificação, pois corresponde à típica *domus fortis*, com entrada sobrelevada e rematada por ameias¹⁴⁸,

¹⁴⁰ Cfr. Mário Jorge Barroca, “Arquitectura gótica civil”, in: Carlos Alberto Ferreira de Almeida, *História da arte em Portugal – O gótico*, cit., p. 103.

¹⁴¹ Mário Jorge Barroca, “Torres, casas-torres ou casas-fortes. A concepção do espaço de habitação da pequena e média nobreza na Baixa Idade Média (sécs. XII-XV)”, cit., p. 68.

¹⁴² É necessário frisar que ficaria muito para além dos limites deste trabalho recorrer a técnicas arqueológicas para detecção deste tipo de estruturas, mas cremos que uma investigação desse género permitiria identificar mais residências de “tipo senhorial”, ainda que pouco conservadas.

¹⁴³ A. N. T. T., *O. C./C. T.*, L.º 307, fls. 94v-95v.

¹⁴⁴ *O tombo do mosteiro de São Salvador de Castro de Avelãs*, cit., fls. 43v-44v, pp. 101-102.

¹⁴⁵ *O tombo do mosteiro de São Salvador de Castro de Avelãs*, cit., fls. 54-54v, pp. 119, 121.

¹⁴⁶ *O tombo do mosteiro de São Salvador de Castro de Avelãs*, cit., fl. 101, p. 202.

¹⁴⁷ Luís Filipe Oliveira, “As residências dos Coutinhos na região de Lamego (séculos XIV-XVI)”, cit.

¹⁴⁸ Aspecto simbólico que se parece revestir de suma importância para a classificação de um edifício como militar, como é posto em relevo por Mário Jorge Barroca no seu artigo, já citado, “Torres, casas-torres ou casas-fortes. A concepção do espaço de habitação da pequena e média nobreza na

elemento essencial para lhe emprestar uma aura militar, carácter que é sublinhado por dois balcões com maticões¹⁴⁹, um sobre a porta, a sul, outro na face oposta, e pelas seteiras, uma em cada lado da torre, no primeiro nível. O piso residencial seria o segundo, tendo em conta as janelas geminadas que se abrem nas quatro faces; estas são de arco redondo sublinhadas por chanfradura. Existe ainda uma outra abertura na parede oeste, em arco redondo, descentrada sob as janelas geminadas¹⁵⁰. Uma capela, dedicada a S. Nicolau, conhecida apenas por referência documental, complementaria o conjunto senhorial¹⁵¹. Os edifícios culturais pertencentes às torres deveriam ser mais comuns do que os vestígios que chegaram até nós permitem constatar¹⁵².

Apesar de ter sido identificado como uma residência turriforme¹⁵³, o edifício de Fonte Arcada coloca alguns problemas de leitura, devido às remodelações que sofreu. A Casa do Paço é hoje um edifício de planta rectangular, com uma escadaria de acesso à porta no segundo piso¹⁵⁴, ladeada por janelas de cruzeta. Ainda no segundo piso, mas na fachada posterior, existe uma porta de arco quebrado¹⁵⁵. Também de arco quebrado é o largo portal do rés-do-chão. As aberturas do segundo piso corresponderiam a uma remodelação posterior (gótico final?), sendo nítida a alteração do aparelho pétreo para a sua introdução. Um pouco descaracterizado, não é possível encontrar vestígios que indiquem que este exemplar tenha correspondido no passado ao tipo *domus fortis*, pois, embora se possa pensar que eventuais ameias

Baixa Idade Média (sécs. XII-XV)”. Não sabemos, contudo, se a reconstrução levada a cabo pelos monumentos nacionais, em que foram colocadas as ditas ameias, se baseou nalgum elemento que provaria a sua existência.

¹⁴⁹ Estes elementos foram reconstruídos pelos monumentos nacionais sobre mísulas trilobadas que desconhecemos se eram a fórmula original.

¹⁵⁰ De acordo com as fotografias dos monumentos nacionais, referidas por Luís Oliveira no artigo já citado, é natural que existissem vestígios de antigas construções adossadas antes do restauro. Resta saber se correspondiam a anexos residenciais da torre ou se se trataria de vestígios do antigo convento, de que ainda restam algumas paredes. Quando visitamos o local, eram visíveis sondagens arqueológicas, da responsabilidade do IPPAR, na área adjacente à igreja e ruínas do antigo convento, não tendo havido, aparentemente, a preocupação de tentar perceber se terá existido um edifício adossado à torre na sua face voltada a nascente.

¹⁵¹ Luís Filipe Oliveira, “As residências dos Coutinhos na região de Lamego (séculos XIV-XVI)”, *cit.*, pp. 300-301.

¹⁵² Um dos casos mais completos é a torre de Vasconcelos, Amares, cf. Mário Jorge Barroca, “Em torno da residência senhorial fortificada. Quatro torres medievais na região de Amares”, *cit.*, e “Torres, casas-torres ou casas-fortes. A concepção do espaço de habitação da pequena e média nobreza na Baixa Idade Média (sécs. XII-XV)”, *cit.*, p. 83.

¹⁵³ Luís Filipe Oliveira, “As residências dos Coutinhos na região de Lamego (séculos XIV-XVI)”, *cit.*, p. 301.

¹⁵⁴ A escadaria em pedra é posterior à construção do corpo do edifício, e é possível que, antes da sua edificação, tenha sido utilizada uma estrutura de acesso em madeira. A presença de estruturas lígneas, que não sobreviveram, é documentada pela existência de consolas que percorrem a fachada do edifício a meia altura, sendo possível que estivessem de alguma forma ligadas ao dispositivo de acesso ao segundo piso. Como só foi possível analisar a fachada do edifício, é natural que surjam dados interessantes com a observação do interior e da fachada posterior.

¹⁵⁵ Não nos foi possível observar de perto as traseiras deste edifício. De um ponto mais alto e a alguma distância, é visível esta porta de arco quebrado no segundo piso, no mesmo lado da residência, que tem a outra abertura do mesmo tipo..

ou seteiras teriam sido obliteradas ao longo da sua utilização, o portal de arco quebrado no piso térreo desmente uma linguagem de torre fortificada, tal como a planta rectangular que não parece ter sido conseguida através de acrescentos posteriores. De qualquer das formas, o edifício actual remete-nos para uma habitação de “tipo senhorial”, com os seus duzentos e vinte metros quadrados¹⁵⁶ e ostentando uma linguagem de luxo transmitida pelos materiais empregues, pelas janelas de cuidada cantaria, cuja traça está de acordo com o uso das então pouco vulgares vidraças, e um modilhão em forma de cabeça de “loba” (conforme a designação popular). É possível que este edifício correspondesse a uma organização arquitectónica mais lassa, própria dos paços da grande nobreza, até porque foi pertença de Fernão Sanches, um dos bastardos de D. Dinis¹⁵⁷.

Ainda a sul do Douro, em Freixeda do Torrão (Figueira de Castelo Rodrigo), existe uma torre de planta quadrada, não muito alta, resultando até um pouco atarracada, conhecida como “Torre dos Metelos”. A construção é integralmente em pedra granítica, com cunhais sólidos constituídos por silhares isódomos, enquanto que as paredes foram erguidas com um aparelho irregular. Os balcões com matacões sobressaem de cada um dos lados do edifício, mas não há sinais de ameias, que poderão eventualmente ter existido em momento anterior. Outro elemento comum neste tipo de torres, as seteiras, não está presente; também não há outras fenestraçãoes que não sejam os vãos que dão acesso aos balcões já referidos. A fachada norte possui duas portas no piso térreo, uma das quais foi entaipada. Ao mesmo nível, na face oeste, encontramos uma porta encimada por arco de descarga de volta perfeita. A sul, a porta foi rasgada ao nível do primeiro piso e sob ela é possível distinguir o que terá sido o arranque de um arco pétreo que ligaria a torre a outro edifício, talvez um anexo residencial¹⁵⁸. Apesar de uma certa rudeza de concepção, morfologicamente esta torre não deverá ter sido construída antes do século XV. O aparelho e a abertura de vãos indiciam as muitas remodelações que terá sofrido, a colocação da pedra de armas e os pináculos que rematam a cobertura mostram que a torre terá sido alvo de alguma atenção ainda no século XVII e mesmo depois, certamente pela sua simbologia de poder.

A norte do Douro, em Vila Real, encontramos a torre de Quintela, referida em documento da primeira metade do século XIII, mas cuja forma actual a coloca já em quatrocentos¹⁵⁹. A sua semelhança com uma torre de menagem gótica é garantida pela sua altura e pelos oito balcões com matacões sobre mísulas trilobadas, quatro cen-

¹⁵⁶ Utilizamos aqui as medidas referidas por Luís Filipe Oliveira, “As residências dos Coutinhos na região de Lamego (séculos XIV-XVI)”, *cit.*, p. 301.

¹⁵⁷ Luís Filipe Oliveira, “As residências dos Coutinhos na região de Lamego (séculos XIV-XVI)”, *cit.*, p. 301.

¹⁵⁸ O que existe actualmente, um solar seiscentista (Margarida Conceição, www.monumentos.pt, n.º 0904090009, 1992), não possui sinais de ter recebido o dito arco, pelo que seria talvez uma fórmula anterior desse edifício que justificaria a dita ligação aérea. Nesta construção do século XVII é possível notar que se recorreu à reutilização de blocos graníticos, talvez remanescentes da edificação mais antiga.

¹⁵⁹ Foi certamente reformulada (cfr. José Custódio Vieira da Silva, *Paços medievais portugueses*, Lisboa, 1995, p. 54-55) e alguns silhares colocados na sapata poderão pertencer a essa anterior edificação, já que contrastam com o aparelho mais pequeno, mais regular e siglado da torre actual.

trados em cada face e os restantes de ângulo, coroando o edifício¹⁶⁰, que pouco destoam dos exemplares militares, que descrevemos acima, sobretudo pelo facto de não se encontrarem todos ao mesmo nível. O portal, sobrelevado, mostra um arco de volta perfeita com arco de descarga quebrado e dá acesso ao primeiro piso que não tem qualquer abertura para além desta. São visíveis consolas neste piso e nos seguintes, que segurariam o sobrado e a cobertura. O segundo piso era iluminado por uma fresta em cada parede, sendo o andar nobre o seguinte, com quatro portas – de arco abatido interno – de acesso aos balcões.

Volumetricamente semelhante à torre de Freixeda do Torrão é o chamado castelo de Santo Estêvão (Chaves)¹⁶¹, estrutura tipo *domus fortis*, constituída por uma torre quadrangular, pouco elevada, apenas com dois andares. Sofreu muitas alterações, como a porta exterior de acesso directo ao piso térreo e a inserção de quatro janelas de duplas frestas trilobadas em cada uma das faces do segundo piso. Estas aberturas, dotadas de conversadeiras sob arco abatido, denunciam o espaço mais cómodo da torre, que possui ainda uma chaminé em granito. As consolas, que se observam, irregulares, nas várias faces, denotam a existência de estruturas lígneas desaparecidas. Todos estes elementos, bem como a ausência de balcões pétreos, conferem-lhe um aspecto algo vetusto se comparada com as restantes residências fortificadas do Norte Transmontano, pelo que deverá ser ainda do século XIV.

Apesar de também se inserir noutro grupo arquitectónico, o das pontes fortificadas, não podemos deixar de referir a torre da ponte de Ucanha (Tarouca), que se encaixa igualmente no conjunto das residências fortificadas. É até um belíssimo exemplo de construção senhorial destinada a fazer valer os direitos de quem a construiu, significativamente, numa das entradas dos seus domínios. Uma inscrição colocada na sua parede leste diz-nos que foi por iniciativa de D. Fernando, abade do Mosteiro de Salzedas, que foi levantada em 1465¹⁶². Em termos morfológicos, distingue-se das que tratamos acima pelo facto de ter na sua base o arco de acesso à ponte, desenvolvendo-se o seu corpo quadrangular em mais três pisos, o primeiro iluminado por duas frestas e acedido por porta de arco quebrado rasgada na face sul. O andar seguinte possui belas janelas góticas geminadas, a nascente e a poente, em cujos vãos se colocaram conversadeiras. O último piso ostenta balcões com matacões em todas as faces, sendo rematado por telhado de quatro águas.

Em suma, as “casas-fortes” do Norte Transmontano¹⁶³ mostram na sua maioria uma forma tardia deste tipo de residências, sendo notável a sua semelhança

¹⁶⁰ Desconhecemos se as ameias ostentadas pelos balcões existiriam na construção medieva. Sobre os balcões centrais existem duas pequenas consolas que poderão indiciar a existência de um coberto em madeira.

¹⁶¹ Ricardo Teixeira, *De Aquæ Flaviæ a Chaves. Povoamento e organização do território entre a Antiguidade Tardia e a Idade Média*, dissertação de mestrado, Porto, 1996, p. 41.

¹⁶² Acerca da ponte fortificada de Ucanha, veja-se Mário Jorge Barroca, “Arquitectura Gótica Civil”, cit., p. 127 e para mais indicações bibliográficas cfr. Madeira Portugal, João Carvalho, Margarida Tavares e Maria Fernandes, www.monumentos.pt, n.º 1820080001, 1992-1999.

¹⁶³ Era nossa intenção abordar com pormenor o castelo de Pinhel e os debuxos do castelo de Almeida, bem como o interessantíssimo edifício que é o Solar dos Távoras, contudo o texto já vai

com as torres de menagem que procuram emular ao utilizar uma linguagem militar, embora usando fórmulas ligeiramente obsoletas na poliorcética. Impera a divisão em três pisos, a nobilitação dos andares do topo e a ausência de dados acerca da existência de anexos.

O terceiro tipo, a casa turriforme, terá planta quadrangular, ou com tendência quadrangular, é despojada de elementos arquitectónicos associados à defesa e normalmente ergue-se ativa sobre o casario através da sua elevação em dois ou mais sobrados, culminando, muitas vezes, num telhado de quatro águas; a cobertura é sempre em telha. O conforto da habitação é ainda sublinhado pela presença de chaminés. A volumetria destas casas poderá ser entendida como uma forma de fazer sobressair a construção, ultrapassando em altura uma parte do casario em volta e portanto um sinal de sobrançeria, mas também uma evocação dos paços senhoriais que habitualmente se desenvolvem em altura.

Duarte de Armas desenhou uma série de habitações deste tipo nas povoações do Norte Trasmontano e, apesar da sua atenção se centrar nas fortalezas, podemos dizer que não as terá desenhado ao acaso, apenas para preencher o espaço habitacional. Em Miranda do Douro, as duas vistas, noroeste e leste¹⁶⁴, coincidem na localização das casas com chaminés e também ao nível da morfologia das próprias construções, o que nos indica um certo cuidado do autor dos debuxos. São retratadas, intra-muros, três casas com mais de um piso e chaminé e uma casa com telhado de quatro águas, chaminé cilíndrica e quatro fenestranças no último piso.

É natural que o exagero do número de aberturas, notado para a casa comum, também aqui se reflita, mas a concentração de janelas neste tipo de moradias poderá estar relacionado com a sua morfologia própria, uma vez que as casas de qualidade tendem a ser copiosas nas fenestranças e na decoração das mesmas. É notório que Duarte de Armas mostra uma tendência para traçar nas casas turriformes janelas de maiores dimensões, muitas de arco redondo e algumas lado a lado, lembrando aberturas geminadas, tão ao gosto gótico.

Também o número de chaminés pode ser fortuito, mas não o será a sua colocação, na esmagadora maioria das casas do Norte Trasmontano, no tipo de habitação que temos vindo a descrever. A forma destes dispositivos para a exaustão de fumos pode ser de secção rectangular, como quadrangular, ou ainda de secção circular. Também aqui o denominador comum seria a emulação de modelos nobres em cujos telhados proliferavam estas saliências, sinal exterior da existência de lareiras, sinónimo de conforto.

É curioso o caso de Freixo de Espada-à-Cinta, onde o desenho da fachada da igreja matriz evoca exactamente o edifício que ainda hoje é possível admirar. Nesse largo fronteiro à igreja aparecem, pela mão de Duarte de Armas¹⁶⁵, três edifícios de dois pisos com suas chaminés, dois deles com telhados de quatro águas. Hoje existe

longo e terá que se deixar estes exemplos para uma abordagem mais alargada que se espera elaborar em breve.

¹⁶⁴ Duarte de Armas, *Livro das fortalezas*, cit., fls. 83-84.

¹⁶⁵ Vista sul de Freixo de Espada-à-Cinta, Duarte de Armas, *Livro das fortalezas*, cit., fl. 77.

um grande edifício de volumetria turriforme nesse mesmo largo, mas trata-se da Igreja da Misericórdia construída no século XVI, possivelmente ainda não começada quando o debuxador por lá passou. Contudo, duas casas ostentam janelas de cantaria trabalhada, que, embora reutilizadas, poderiam pertencer às antigas casas que se erguiam junto do largo da matriz, o mesmo para onde se voltava o antigo edifício sobre arcaria, onde funcionava a câmara¹⁶⁶. A multiplicação destas janelas decoradas de cronologia incerta, mas denominadas “manuelinas”, encontra um espaço de excepcional desenvolvimento em Freixo de Espada-à-Cinta, embora a existência de algumas destas belas fenestraçãoes seja algo frequente nas vilas do Norte Trasmontano¹⁶⁷. É vulgar já não estarem *in loco*, pois a ornamentação pétreia tendeu a ser reaproveitada, e por vezes até reproduzida, mas é natural que em muitos casos não se encontrem longe do local de origem. Só o estudo monográfico destes testemunhos permitirá uma aproximação mais correcta à sua cronologia e morfologia das casas que as ostentavam. No caso de Freixo de Espada-à-Cinta, pode-se avançar, em jeito de hipótese de trabalho, que esses edifícios teriam dois ou três pisos¹⁶⁸ e vãos em cantaria (o recheio poderia ser em alvenaria de xisto), podendo algumas portas ser em arco redondo, como nos indicam, por exemplo, duas casas voltadas para o Largo do Vale.

Não há dúvida que as casas que mostravam vãos decorados procuravam a ostentação, fica-nos, porém, a dúvida se algumas destas janelas e portas em arco correspondem a edificações do grupo das casas turriformes.

Segundo as panorâmicas de Duarte de Armas, as casas turriformes estão ausentes dos aglomerados mais modestos da região trasmontana, mas estão representadas em algumas das suas vilas, quer no interior das cercas, quer no seu exterior. Não será estranho encontrarmos a maior concentração das figurações de casas turriformes em Bragança, por ser um centro urbano, mas elas aparecem em menor escala nas vilas de Chaves, Vimioso, Miranda do Douro, Mogadouro, Freixo de Espada-à-Cinta (como já se referiu) e Almeida¹⁶⁹.

¹⁶⁶ Edifício medieval demolido em meados do século XIX, cfr. Reinaldo dos Santos, “Descrição breve [de Freixo de Espada-à-Cinta]”, in Sant’Anna Dionísio, *Guia de Portugal*, vol. V, tomo II – *Lamego, Bragança e Miranda*, 3ª ed., Lisboa, 1995, p. 104, p. 1060.

¹⁶⁷ Só alguns destes exemplares pertencerão aos finais da Idade Média. O estudo destes vãos reveste-se de grande interesse, sobretudo se permitir deduzir algumas cronologias, ainda que relativas. Para Freixo de Espada-à-Cinta veja-se o artigo de Teresa Pires de Carvalho, “Contributo para uma tipificação dos vãos de decoração manuelina de Freixo de Espada à Cinta”, in *Carlos Alberto Ferreira de Almeida - In Memoriam*, vol. I, Porto, 1999, pp. 249-264, que é um primeiro passo no bom sentido, embora nos pareça que não se devam isolar as janelas e sua decoração de um estudo da casa.

¹⁶⁸ Hoje curiosamente só se conservam edifícios com dois pisos, contudo Duarte de Armas desenhou muitas casas com três pisos e é possível que a conservação difícil das casas tenha levado à manutenção de apenas um sobrado. Na Guarda, embora já se situe numa área diferente daquela que aqui se aborda, existem pelo menos dois edifícios muito semelhantes aos que se encontram em Freixo de Espada-à-Cinta, com duas portas em arco no piso térreo e janelas rectangulares, conservando-se os três pisos correspondentes.

¹⁶⁹ Em Vinhais e em Monforte de Rio Livre, os únicos exemplares que se poderiam identificar com este tipo de construção não têm chaminé.

3. Construções especializadas

Não abundam as notícias relativas às **estruturas de armazenamento** de produtos agrícolas.

Das *adegas*, algumas vezes acompanhadas por *lagares*, ficam-se os informes pela referência e localização. Vimo-las no âmbito dos assentos dos casais, concentrando-se nas zonas de maior pendor vinícola¹⁷⁰. Mas a sua presença, como edifícios independentes, verificava-se até em meio urbano¹⁷¹.

Relativamente aos *celeiros*, vimos já que estes, com frequência, não eram mais do que o elemento secundário da moradia bicelular, primeiro ensaio de especialização funcional da casa. Outras vezes, porém, surgiam como edifício distinto da construção principal, podendo, nos centros de exploração senhoriais, atingir grandes dimensões, pois aí se centralizava e arrecadava o cereal entregue pelos foreiros, ou proveniente da exploração directa das terras. Pouco sabemos das características arquitectónicas destes edifícios, porventura próximos dos tipos comuns de construção rural¹⁷². Conhecemos as medidas de comprimento e largura de dois celeiros, que a Ordem de Cristo possuía em Meda e Muxagata. O primeiro dispunha de duas tulas sobradadas, com reboco interior e cobertura de telha vã, abrangendo uma área de 33 m². O segundo não era mais do que uma casa sobradada — antigo aposentamento do comendador — adaptada à função. Ocupava uma área de 30 m², a sua loja apresentava-se rebocada, no interior, e possuía uma porta de castanho, nova¹⁷³.

Pouco nos é revelado, também, sobre as **construções afectas à criação do gado**. Os currais e as cortes, onde aquele era recolhido, eram habituais nos assentos dos casais, dado o peso da pecuária na actividade destas explorações. O mesmo sucedia com os palheiros, onde se guardava a palha ou o feno necessários à manutenção dos animais, que também se divisavam, por vezes, em qualquer parcela do casal. Outras designações, como cortelhos e curraladas¹⁷⁴, referiam-se, os primeiros, a pequenos espaços de clausura, para porcos ou para caprinos e ovinos em cria, sendo os segundos grandes espaços vedados, próprios para o gado bovino, que também era apascentado nos lameiros¹⁷⁵.

¹⁷⁰ Caso de Britiande, entre outros — A. N. T. T., *O. C./C. T.*, L.º 307, fl. 147v.

Sobre os espaços e a tecnologia vitícola, cf. Manuel Sílvio Alves Conde, *Uma paisagem humanizada. O Médio Tejo nos finais da Idade Média*, Cascais, 2000, pp. 321-322 e 327-328.

¹⁷¹ Como Bragança, onde encontramos adegas, com lagares associados, ao postigo do Sol, na praça da Cidade, e na rua das Adegas — *O tombo do mosteiro de São Salvador de Castro de Avelãs*, cit., p. 62 (fl. 21v), 63 (fl. 22).

Sobre os espaços e a tecnologia vitícola, cf. Manuel Sílvio Alves Conde, *Uma paisagem humanizada*, cit., pp. 321-322 e 327-328.

¹⁷² Tal como sucedia, aliás, noutros âmbitos geográficos, melhor documentados nesta vertente. Cf. Manuel Sílvio Alves Conde, *Uma paisagem humanizada*, cit., p. 318.

¹⁷³ A. N. T. T., *O. C./C. T.*, L.º 307, fls. 97, 106v.

¹⁷⁴ *O tombo do mosteiro de São Salvador de Castro de Avelãs*, cit., p. 93 (fl. 39v).

¹⁷⁵ Ana Maria Afonso, *O mosteiro de Castro de Avelãs*, cit., p. 68.

Em centros urbanos era habitual a presença de estrebarias e palheiros, para recolha e sustento das indispensáveis bestas¹⁷⁶. Também os currais ocorriam em cidades, como Bragança¹⁷⁷, e eram comuns em aldeias. Dois deles, em Bagueixe e Morais, apresentavam um aspecto bem distinto. A última era simplesmente um espaço “çercado d aliçeçe”, de 39 m² de área. A “casa de curral de gado” de Bagueixe era mais ampla (44 m²), tinha paredes de pedra e barro e uma cobertura de colmo¹⁷⁸.

Outras estruturas, ainda, estavam associadas à criação de animais. Referimo-nos aos *colmeais*, que a documentação revela nas proximidades de Vila Boa de Trás-Monte¹⁷⁹ e aos *pombais*, presentes na toponímia mas também figurados pelo debuxador em espaço periurbano da sua panorâmica leste de Bragança: uma construção quadrangular, com uma fresta visível e cobertura telhada de uma água.

Escasseiam, também, os informes relativos às **construções de transformação**, sejam as de carácter “industrial”, sejam as respeitantes à produção agrícola¹⁸⁰.

Sendo o pão o alimento básico das gentes comuns, as estruturas afectas à sua produção comparecem habitualmente nos documentos, posto que em forma assaz sucinta.

A *eira*, espaço livre de dimensões e morfologia variável, basicamente destinado à debulha dos cereais¹⁸¹, estava presente, como vimos, em bom número dos casais pertencentes ao mosteiro de Castro de Avelãs, ora nos assentos, ora nas parcelas destes¹⁸². Mas surge referida noutros contextos¹⁸³, até em meio urbano¹⁸⁴,

¹⁷⁶ No Mogadouro, Álvaro Pires de Távora instalara uma estrebaria dentro do castelo da vila, no antigo aposento do prior, um espaço quadrado com 25 m² de área, entre a muralha e o pátio. Em Miranda do Douro, adaptara-se à mesma função o piso térreo de uma casa meio sobradada, de 34 m², a que já aludimos, destinando-se o meio sobrado a palheiro. A. N. T. T., *O. C./C. T.*, L.º 307, fls. 80v, 124v.

¹⁷⁷ Junto à muralha da cidade, possuía o mosteiro de Castro de Avelãs uns grandes pardieiros com currais, que lindavam com outros currais, de particulares — *O tombo do mosteiro de São Salvador de Castro de Avelãs*, cit., p. 62 (fl. 21v).

¹⁷⁸ A. N. T. T., *O. C./C. T.*, L.º 307, fls. 118, 125v.

¹⁷⁹ *O tombo do mosteiro de São Salvador de Castro de Avelãs*, cit., p. 100 (fl. 43).

¹⁸⁰ Vide Carta 4 – Localização de construções de transformação.

¹⁸¹ “Ó longo do ano dá-selle á eira un uso moi variado, como poñer a secar castañas, fabas, cabazos, froita, etc., tende-la roupa, esfollo-lo millo, e tamén bota-las redes a secar na costa.” — Manuel Caa-maño Suárez, *As construcións adxectivas*, s/l., 1999, p. 43. Sobre a morfologia e a funcionalidade das eiras, cf. Jorge Dias, Ernesto Veiga de Oliveira e Fernando Galhano, *Espigueiros portugueses. Sistemas primitivos de secagem e armazenagem de produtos agrícolas*, Lisboa, 1994, pp. 25-32.

¹⁸² Uma dessas eiras, em Lagomar, no termo de Bragança, apresentava-se cerrada; outras, em Donai, no termo da mesma cidade, haviam sido lavradas, cabendo-lhes dois alqueires de grão de sementeira — *O tombo do mosteiro de São Salvador de Castro de Avelãs*, cit., pp. 125 (fl. 56v), 202 (fl. 101). O último caso mostra que as eiras de terra batida nem sempre eram fixas, podendo mudar de lugar de uns anos para os outros. Cf. Jorge Dias, Ernesto Veiga de Oliveira e Fernando Galhano, *Espigueiros portugueses*, cit. p. 216.

¹⁸³ Cf. as eiras dos Quarteiros, na Reigada, a do Torrão, nas proximidades de Torre de Moncorvo, a de Pergavea, em Morais (Bragança), as de Martim Afonso da Torre e de Afonso Gonçalves, em Parada de Infanções (Bragança), a eira vedra do casal do Barrocal (Tarouca) — A. N. T. T., *O. C./C. T.*, L.º 307, fls. 72v, 77v, 126, 127, 146.

sendo também designada laje¹⁸⁵, está representada na microtoponímia e é referida como palco da entrega do centeio pelos foreiros em Miranda do Douro¹⁸⁶.

Separado da palha, o grão havia de ser triturado, para que se obtivesse a farinha. O processo que intermediava produção cerealífera e panificação decorria sobretudo no interior de complexos dotados de dispositivos mecânicos accionados pela água: *moinhos*, de rodízio¹⁸⁷, e *azenhas*¹⁸⁸, que, aqui e além, bordejavam os cursos de água da região¹⁸⁹.

A partir da farinha amassada, a forma do pão era definida pela cozimento, feito em brazido¹⁹⁰, grelhador (fornalha) ou *forno* de lenha¹⁹¹. Se dos primeiros, empregues no âmbito doméstico, não há informes, temos notícia sucinta de alguns

¹⁸⁴ Caso das “eyras do arcobispo” e das “eyras da ... cidade”, de Bragança — *O tombo do mosteiro de São Salvador de Castro de Avelãs*, cit., p. 60 (fl. 21). Deverá tratar-se, no último caso, de uma estrutura de fruição colectiva. Sobre as eiras comunitárias, veja-se o que é dito por Ana Maria Afonso, *O mosteiro de Castro de Avelãs*, cit., p. 74.

¹⁸⁵ Cf. “a lagea çapateira que he hũa lagea honde malham”, existente nas proximidades de Longroiva — A. N. T. T., *O. C./C. T.*, L.º 307, fl. 95.

¹⁸⁶ A. N. T. T., *O. C./C. T.*, L.º 307, fl. 125.

¹⁸⁷ Já em 1258 se aludia à existência de um moinho em Adoufe (terra de Panóias), sobre o rio Cabril — A. N. T. T., *Direitos reais*, L.º 2, fl. 37.

No dealbar de Quinhentos, refiram-se os muitos existentes em Miranda, sobre o rio do Douro e a ribeira de Fresno, de que dá nota Duarte de Armas (Duarte de Armas, *Livro das fortalezas*, cit., fl. 83). Notem-se ainda, entre outros, os da ribeira de Coa (oito no total, sendo pelo menos quatro de duas pedras), os de Riba Pinhel, e os que operavam nos termos de Bragança, Torre de Moncorvo e Longroiva, o de S. João do Paço, no termo de Tarouca, o da Rua, em terra de Caria. Nalguns casos, é indicado o número de mós (pedras) que operavam: uma ou duas — A. N. T. T., *O. C./C. T.*, L.º 307, fls. 50-50v, 58, 75, 92, 111v, 146, 150; Ana Maria Afonso, *O mosteiro de Castro de Avelãs*, cit., pp. 81-83 e mapa 12.

Na comenda da Reigada da Ordem de Cristo, o senhorio impunha que “nenhũa pessoa nom pode fazer moinho na terra da dicta comenda e todos ham de hir moer ao moinho do pereiro que he da hordem” — A. N. T. T., *O. C./C. T.*, L.º 307, fls. 54-54v.

¹⁸⁸ Introduzidas mais tardiamente que os moinhos de rodízio, existiam já antes de 1286, data da carta de compra, feita pelo rei a um Pedro Domingues, ferreiro, vizinho de Mogadouro, da terça de umas “aceynas”, que haviam sido de João Peres de Urrós — A. N. T. T., *Estremadura*, liv. 12, fl. 167v. *Aceyna, acenia e azenha* provêm do árabe *sâniah* ‘irrigadora’. Federico Corriente, *Diccionario de arabismos y voces afines en iberromance*, Madrid, 1999, p. 84.

Duarte de Armas registou a presença de muitas azenhas, a par de moinhos, junto a Miranda, no rio Douro e na ribeira de Fresno.

¹⁸⁹ Ambos os engenhos recorriam, como se disse, à energia hidráulica. Divergiam, porém, quanto ao processo mecânico — os *moinhos*, de roda horizontal, ou rodízio, e as *azenhas*, de roda vertical.

Além destes, empregava-se também a energia eólica. Assim, em 1258, é mencionado um *molinum ventum* em Escariz (Adoufe), na Terra de Panóias. A. N. T. T., *Direitos reais*, L.º 2, fl. 37.

Além dos processos de farinação referidos, utilizar-se-ia também, decerto, a energia muscular humana (mó de braço) ou animal (atafona), Cf. Manuel Sílvio Alves Conde, *Uma paisagem humanizada*, cit., pp. 322-326 e bibliografia aí compendiada, nas notas 193 a 213.

¹⁹⁰ Assim se fazia o denominado *pão de lar*, que cozia “sobre a pedra da lareira e sob as brasas (que a fogueira próxima permitia renovar) e a cinza escaldante, depois de convenientemente protegida a massa por folhas de couve ou, de preferência, por folhas de figueira, que lhe transmitiam um sabor especial” — José Marques, “D. Manuel I e os fornos comunitários transmontanos”, in *Amar, sentir e viver a história – Estudos de homenagem a Joaquim Veríssimo Serrão*, Lisboa, 1995, p. 654.

¹⁹¹ Sobre os processos de cozedura do pão, cf. José Marques, “D. Manuel I e os fornos comunitários transmontanos”, cit., pp. 647-659; Manuel Sílvio Alves Conde, *Uma paisagem humanizada*, cit., pp. 329-330 e bibliografia que aí se elenca, nas notas 232 a 237.

fornos, individuais e colectivos¹⁹². Entre estes, refira-se o forno da póia que se construía ao tempo da elaboração do tombo, na Meda, em espaço relativamente amplo¹⁹³, o do concelho da Muxagata¹⁹⁴, o “forno novo” da Torre de Moncorvo, na rua que saía da Porta da Vila¹⁹⁵, os concelhos de Mós de Moncorvo e de duas aldeias do seu termo, Carviçais e Sobrado¹⁹⁶, ou, ainda, os de Vilas Boas, Ansiães, Freixiel, Abreiro, Lamas de Orelhão, Mirandela, Frechas e de outros lugares¹⁹⁷. Os fornos deveriam assemelhar-se aos tipos mais comuns noutros âmbitos geográficos, que a iconografia tantas vezes reproduz: abobadados, de pedra ou tijolo, porventura argamassados, inseridos em casas próprias, onde se procedia, também, à amassadura¹⁹⁸.

Mencionamos já fornos de distinta funcionalidade: os *fornos telheiros*, que a nossa documentação algumas vezes nos revela¹⁹⁹. Outros equipamentos “industriais” afloram na mesma. Referimo-nos, antes de mais, aos *teares* empregues pelos tecelões e tecedeiras da Muxagata²⁰⁰. Há menção, ainda, da indústria dos *curtumes*, ou pelames, circunscrita ao ribeiro do mesmo nome, junto da vila da Torre de Moncorvo²⁰¹. A abundância de águas era imprescindível à maceração dos couros e era habitual deslocar-se esta actividade e as necessárias estruturas para a periferia dos aglomerados, pois as suas escorrências eram nauseabundas²⁰².

¹⁹² De acordo com José Marques, “D. Manuel I e os fornos comunitários trasmontanos”, *cit.*, os fornos colectivos, distintos dos *fornos do povo*, existentes em diversas aldeias do Barroso, eram propriedade senhorial, concelhia ou régia, e fonte de ingressos para os respectivos senhores, já que os vizinhos que a eles recorriam tinham de pagar uma taxa por fornada cozida: a tradicional poia (bola de pão).

¹⁹³ A casa, ainda em paredes, tinha uma área de 39 m², tal como o edifício que abrigava o “forno velho” — A. N. T. T., *O. C./C. T.*, L.º 307, fls. 97v-98v.

¹⁹⁴ A. N. T. T., *O. C./C. T.*, L.º 307, fl. 107.

¹⁹⁵ A designação pressupõe, obviamente, a existência de um forno velho. A. N. T. T., *O. C./C. T.*, L.º 307, fl. 74v.

¹⁹⁶ José Marques, “D. Manuel I e os fornos comunitários trasmontanos”, *cit.*, pp. 651-652. Refira-se que o forno da aldeia de Sobrados não pertencia ao concelho, que o havia arrendado a Estêvão Gonçalves, “porque hii nom estava forno do concelho fecto pera ello”, e o município não queria abrir mão dos seus direitos.

¹⁹⁷ Perrine Mane, “Images de panification au Moyen Age, in *La préparation alimentaire des céréales. Rapports présentés à la table ronde organisée à Ravello. Centre universitaire européen des Biens Culturels, du 11 au 14 avril 1988*, dir. por François Sigaut e Dominique Fournier, Estrasburgo, 1991, pp. 51-68.

¹⁹⁸ José Marques, “D. Manuel I e os fornos comunitários trasmontanos”, *cit.*, pp. 655-656.

Fala-nos este autor de sentença régia de 1512, visando impedir que os vizinhos de Vilas Boas tivessem fornos privativos, ou fornalhas, para cozer o seu pão, obrigando-os a recorrer ao forno do concelho, mediante o pagamento da poia, cabendo à Coroa um terço do rendimento obtido.

¹⁹⁹ Conhecem-se várias referências a fornos telheiros: nas aldeias de Grandais e de Edrosa, no termo de Bragança — *O tombo do mosteiro de São Salvador de Castro de Avelãs*, *cit.*, pp. 111-112 (fl. 50); 142-144 (fls. 66-67), na Quintã de Lilela, no termo de Chaves, acima de Mendel; no termo de Torre de Moncorvo, no casal do Barrocal, termo de Tarouca — A. N. T. T., *O. C./C. T.*, L.º 307, fls. 74v, 132, 142.

²⁰⁰ A. N. T. T., *O. C./C. T.*, L.º 307, fl. 115.

²⁰¹ A. N. T. T., *O. C./C. T.*, L.º 307, fl. 75. Ana Maria Afonso, *O mosteiro de Castro de Avelãs*, *cit.*, p. 69, associa à mesma actividade o topónimo Peliteira, junto a uma ribeira, em Vila Nova, na periferia de Bragança

²⁰² Manuel Sílvio Alves Conde, *Uma paisagem humanizada*, *cit.*, p. 437.

Quase nada se sabe sobre as **construções assistenciais**: albergarias, hospitais e gafarias²⁰³. Na verdade, está por fazer o inventário das inúmeras instituições assistenciais do Portugal medievo e, para o Norte trasmontano, quase tudo se ignora. Hospitais e albergarias —que, por vezes, mal se diferenciavam— existiam nas cidades e nas principais vilas da região, mas também se distribuíam por pontos estratégicos das vias de comunicação, em apoio a peregrinos e viandantes, ao passo que as gafarias se circunscreviam às cidades e pouco mais²⁰⁴.

Não se conhecem registos escritos nem terão subsistido elementos arquitectónicos que permitam reconstituir as albergarias e hospitais trasmontanos medievos. A albergaria de Canaveses fora instituída por D. Mafalda, com vista ao acolhimento dos peregrinos. Para esse efeito, doara a rainha o seu paço naquela vila e as portagens da ponte aí existente, determinando que deveria estar sempre “limpo e bem rreparado de telha e madeira e com bõoas portas fechadas ... e serem hi camas bõoas e limpas em que possam bem albergar nove desses peregrinos aos quaes seraam dadas rreçoões d’emtrada ou de sayda e lume e agua e sall quamto lhe fazer meester”²⁰⁵. A albergaria de Torre de Moncorvo fora instituída por particulares, que lhe haviam legado os bens necessários à celebração de duas missas semanais e ao agasalho dos pobres que a demandassem. Para isso, disporia de um pequeno edifício, onde os carenciados podiam encontrar o conforto de três ou quatro camas, além de água, sal e fogo²⁰⁶. Tudo sugere que, também aqui, as construções assistenciais eram pequenas e desconfortáveis, facilmente se confundindo com as comuns moradias²⁰⁷. Nalguns casos, estavam associadas a edifícios de culto, constituindo pequenos complexos religioso-benemerentes. Assim sucedia em Vila

²⁰³ Vide Carta 5 – Localização de estalagens, albergarias, hospitais e gafarias.

²⁰⁴ Existiram albergarias em Amarante, Aregos, Bragança (albergaria de S. Vicente), Campeã, Canaveses, Cepelos, Chaves (duas), Covelo, Dornelas (Boticas), Foz do Corgo, Gavierras (Montalegre), Lamas de Orelhão, Lamego (seis), Marão, Mesão Frio, Murça, Parada (Miranda), Poiães, Ponte de Mente (Mirandela), Ponte do Lavradio, Torre de Moncorvo, Vale de Telhas (Valpaços), Vila Marim, albergarias-hospitais em Moledo, Torre de Moncorvo, Ucanha e Vila Real (hospital de S. Brás), hospitais em Azinhoso (dois, masculino e feminino) Vila Real (hospital do Espírito Santo e hospital para meninos enjeitados), gafarias em Aregos, Bragança, Lamego e Mesão Frio, de acordo com as informações registadas por Fernando Silva Correia, *Origens e formação das Misericórdias portuguesas*, 2.^a ed., Lisboa, 1999, pp. 383-384, 403, 409-410; Carlos Alberto Ferreira de Almeida, “Os caminhos e a assistência no Norte de Portugal”, *A pobreza e a assistência aos pobres na Península Ibérica durante a Idade Média. Actas das 1.as Jornadas luso-espanholas de história medieval*, vol. I, Lisboa, 1973, pp. 39-57; José Marques, *A assistência no Norte de Portugal nos finais da Idade Média*, sep. de *Revista da Faculdade de Letras do Porto - História*, II série, vol. VI, Porto, 1989, pp. 38, 39, 47, 49, 50, 52; Maria Fernanda Maurício, *Entre Douro e Tâmega e as inquirições afonsinas e dionisianas*, cit., pp. 53-54.

²⁰⁵ A. N. T. T., *Além Douro*, L.^o 2, fls. 81v-82, cit. por Maria José Pimenta Ferro Tavares, *Pobreza e morte em Portugal na Idade Média*, Lisboa, 1989, p. 128.

²⁰⁶ A. N. T. T., *Além Douro*, L.^o 1, fls. 131v-132. Publicado por José Marques, *A assistência no Norte de Portugal nos finais da Idade Média*, cit., pp. 92-93.

²⁰⁷ Geralmente, estas construções integravam-se na arquitectura comum, constituindo mera adaptação da vulgar moradia. Cf. José Marques, *A assistência no Norte de Portugal nos finais da Idade Média*, cit., pp. 54-57; Manuel Sílvio Alves Conde, *Uma paisagem humanizada*, cit., pp. 291, 429; idem e Dionísio José David, “O hospital de Santa Maria de Palhais e a assistência medieval portuguesa (monografia histórico-arqueológica)”, cit., pp. 299-319.

Real, onde a capela de S. Brás e o hospital do mesmo nome, criado para atender a pobres e viandantes, se erguiam em torno de um terreiro²⁰⁸.

Já as gafarias da região deveriam, como tantas outras do reino, constituir pequenos complexos habitacionais, geralmente murados, reunindo à volta de um terreiro as casinhas dos lázaros, um templo e algumas estruturas de apoio²⁰⁹.

Quanto às **estalagens**, que acomodavam os viandantes e respectivas montadas, mediante o pagamento de algum dinheiro, eram acarinhadas pelas autoridades locais, como forma de obstar à prestação das lesivas aposentadorias, e surgiam habitualmente em conexão com a caminharia, sobretudo nos nós viários²¹⁰. Abundavam nas zonas de Lamego/Alto Douro e Riba Côa, por onde passava uma importante via de comunicação que se dirigia a Castela²¹¹, eram relativamente densas entre Freixo de Espada-à-Cinta e Mogadouro²¹², e no espaço entre o Douro e o Tâmega²¹³, mas esparsas nas montanhas e planaltos do Alto Trás-os-Montes²¹⁴. Tudo se ignora, porém, em relação às suas características arquitectónicas²¹⁵.

Em jeito de conclusão

A arquitectura corrente trasmontana dos finais da Idade Média mostrava-se profundamente integrada na paisagem e vinculada a um agrossistema de base agropecuária. Os materiais —a pedra, o barro, a madeira e o colmo— eram extraídos do meio local e na construção, quer da casa comum, quer das estruturas adjectivas, desenvolviam-se formas ajustadas ao meio —volumetrias sóbrias e horizontalizantes— e uma vincada homocromia, das paredes à cobertura. No plano morfológico, vislumbra-se uma forte regularidade, baseada na preferência por tipologias

²⁰⁸ Cf. José Marques, *A assistência no Norte de Portugal nos finais da Idade Média*, cit., pp. 49-50 e nota 159.

²⁰⁹ Deveriam assemelhar-se a tantas outras pequenas gafarias, do género das de Santa Luzia de Guimarães e Santo André de Bouças, estudadas por José Marques, *A assistência no Norte de Portugal nos finais da Idade Média*, cit., pp. 63-64, situando-se em escala distinta da das grandes gafarias do reino: Alfena, Coimbra, Lisboa e Santarém. Veja-se um ensaio de reconstituição desta, in Manuel Sílvio Alves Conde, "Subsídios para o estudo dos leprosos no Portugal medievo. A gafaria de Santarém nos séculos XIII-XV", *Horizontes do Portugal medieval*, cit., pp. 321-383.

²¹⁰ Iria Gonçalves, "Privilégios de estalajadeiros portugueses (séculos XIV e XV)", *Imagens do mundo medieval*, Lisboa, 1988, pp. 150-151.

²¹¹ Iria Gonçalves, "Privilégios de estalajadeiros portugueses (séculos XIV e XV)", *ob. cit.*, pp. 150-151, localiza nessas áreas as estalagens de Lamego (duas), Lalim, Aljararim, Várzea da Serra, Couto de Leomil, Ucanha (três), Mondim, Armamar, Gogim, Santa Cruz de Lumiares, Canelas, Portela, Vilar, Moreira de Trancoso, Escurquela, Fonte Arcada, Faia, Granjal, Ferreirim, Figueira, Vale de Madeira, Pinhel, Souro Pires, Cinco Vilas, Vale da Mula, Vilar Torpim (quatro), Vermiosa (duas), Escarigo, Almofala, Escalhão.

²¹² Encontramo-las em Azinhoso, Mogadouro (duas), Meirinhos, Vale de Porco, Fornos (três), Torre de Moncorvo (três) e Freixo de Espada à Cinta (três). Iria Gonçalves, "Privilégios de estalajadeiros portugueses (séculos XIV e XV)", *ob. cit.*, pp. 150-151.

²¹³ Existiam em Canaveses (duas), Figueiras e Amarante. Iria Gonçalves, "Privilégios de estalajadeiros portugueses (séculos XIV e XV)", *ob. cit.*, pp. 150-151.

²¹⁴ Neste amplo espaço, conhecem-se apenas as de Campeã, Salto, Carrazedo, Mirandela e Brança. Iria Gonçalves, "Privilégios de estalajadeiros portugueses (séculos XIV e XV)", *ob. cit.*, pp. 150-151.

²¹⁵ Para outro âmbito geográfico, veja-se Manuel Sílvio Alves Conde, *Uma paisagem humanizada*, cit., p. 430.

elementares. Faziam-se as casas à medida dos homens, do gado que se criava, dos cultivos que se experimentavam: quase sempre, pequenas, “terreiras” e pouco rasgadas, pois havia que atender aos rigores do clima, ao custo de reduzidas ventilação e iluminação, ou de alguma promiscuidade com os gados. O lar impunha-se como o principal, ou mesmo único, pólo de organização espacial interno, ao passo que no exterior, onde existiam, o terreiro ou exido articulavam com a casa, tantas vezes, as construções adjectivas que se iam erguendo, permitindo se esboçasse alguma especialização funcional do espaço do conjunto construído.

As cidades e vilas da região evidenciavam fortes traços ruralizantes, as suas casas obedeciam maioritariamente às tipologias dominantes no espaço rural, eiras e currais ajustavam-se, com aquelas, à cerzidura do tecido urbano. Porém, a concentração, nas mesmas, de recursos e de funções, em espaço limitado, traduzia-se em distinta identidade, incentivava a pluralidade de soluções construtivas, impunha se atendesse a funcionalidades outras, apelando para uma maior especialização funcional, justificando opções verticalizantes e tipologias complexas, a par de uma utilização quase exclusiva da telha.

A deterioração dos materiais, que o rigor do clima acentuava, conduzia à degradação, ou até à ruína, das casas. Situações particulares —de ermamento, ou despovoamento, conflitos armados, ou tragédias naturais— podiam ainda agravar, de súbito, aquele cenário.

Por isso, os registos escritos notam amiudadamente os pardieiros —algumas vezes reduzidos já ao simples alicerce— e alinham casas derribadas a par das “levantadas”, averbam o que está “corregido” e o que jaz “piorado”. Os proprietários preocupavam-se com a conservação das casas, responsabilizando os foreiros pelos cuidados necessários, como impunham os contratos. Nalguns casos, porque as obras que se impunham eram vultuosas, aqueles iam ao ponto de isentar estes do pagamento das rendas, durante um período determinado²¹⁶.

²¹⁶ Cf. Ana Maria Afonso, *O mosteiro de S. Salvador de Castro de Avelãs*, cit., p. 79, nota 161.

Habitação e arquitectura corrente

Bibliografia

Algumas referências teóricas:

- BRAUDEL, Fernand, *Civilização material e capitalismo. Séculos XV-XVIII*, t. I — *Estruturas do quotidiano*, Lisboa/Rio de Janeiro, 1970 [pp. 215-252];
- RAPOPORT, Amos, *Pour une anthropologie de la maison*, Paris, 1972 (1.^a ed., 1969);
- LEROI-GOURHAN, André, *Evolução e técnicas*, vol. II — *O meio e as técnicas*, Lisboa, 1984 (1.^a ed., 1971);
- CHAPELOT, Jean, e FOSSIER, Robert, *Le village et la maison au Moyen Âge*, Paris, 1980.
- PESEZ, Jean-Marie, *Archéologie du village et de la maison rurale au Moyen Âge*, Lyon, 1999.

Dois estudos pioneiros, no início do século XX:

- SAMPAIO, Alberto, *Estudos económicos*, vol. I — *As vilas do Norte de Portugal*, Lisboa, 1979 (1.^a ed., 1902) [pp. 77-78 e *passim*];
- LOBO, A. de Sousa e Silva Costa, *História da sociedade em Portugal no século XV*, Lisboa, 1903 [pp. 101-107].

Novas perspectivas teóricas e metodológicas, nos anos 60:

- MARQUES, A. H. de Oliveira, *A sociedade medieval portuguesa. Aspectos de vida quotidiana*, 3.^a ed., Lisboa, 1974, pp. 63-86 (1.^a ed., 1964);
- SANTOS, Vítor Manuel Pavão dos, *A casa no Sul de Portugal na transição do século XV para o século XVI*, dissertação de licenciatura, Lisboa, 1964.

História da construção comum:

- DAVID, Dionísio José, e CONDE, Manuel Sílvio Alves, “O hospital de Santa Maria de Palhais da Ribeira de Santarém e a assistência medieval portuguesa (monografia histórico-arqueológica)”, *Horizontes do Portugal medieval. Estudos históricos*, Cascais, 1999, pp. 299-319 (1.^a ed., Lisboa, 1980);
- CONDE, Manuel Sílvio Alves, “Sobre a casa urbana do centro e sul de Portugal, nos fins da Idade Média”, *Horizontes do Portugal medieval*, cit., pp. 257-297 (apresentado ao *II Seminário aberto sobre cidades medievais*, da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Lisboa, 1991);
- BRAGA, Paulo Drummond, “A construção corrente na região de Palmela nos finais da Idade Média”, in: *As Ordens Militares em Portugal. Actas do 1.º Encontro sobre Ordens Militares*, Palmela, 1991, pp. 143-155;
- BEIRANTE, Maria Ângela, e DIAS, João José Alves, “O património urbano da Ordem de Cristo em Évora no início do século XVI”, in: *Estudos de história. Homenagem a Artur Nobre de Gusmão*, Lisboa, 1995, pp. 61-79;
- MARQUES, José, “D. Manuel I e os fornos comunitários transmontanos”, in *Amar, sentir e viver a história – Estudos de homenagem a Joaquim Veríssimo Serrão*, Lisboa, 1995, pp. 647-659.
- DIAS, João José Alves, *Gentes e espaços (em torno da população portuguesa na primeira metade do século XVI)*, vol. I, Lisboa, 1996, pp. 71-118;
- FERREIRA, Maria da Conceição Falcão, *Habitações de Santarém medieval: subsídios para o seu estudo*, apresentado ao colóquio *Santarém na Idade Média* (Santarém, 1998) (actas no prelo)
- BRANQUINHO, Isabel Maria, *Santarém — século XIV. A propriedade urbana do mosteiro da Trindade de Santarém*, apresentado ao colóquio *Santarém na Idade Média* (Santarém, 1998) (actas no prelo);
- DUARTE, Luís Miguel, “As casas urbanas”, in: *Portugal do Renascimento à crise dinástica*, coord. por João José Alves Dias, vol. V da *Nova história de Portugal*, dir. por Joel Serrão e A. H. de Oliveira Marques, Lisboa, 1999, pp. 116-128;

- CONDE, Manuel Sílvio Alves, *Materiais de construção na arquitectura rural do Médio Tejo nos finais da Idade Média*, in: *Arqueologia da Idade Média da Península Ibérica*, vol. VII das *Actas do 3.º Congresso de Arqueologia Peninsular*, Porto, 2000 (e separata), pp. 43-55;
- FERREIRA, Maria da Conceição Falcão, “Habitação urbana corrente, no Norte de Portugal medievo”, in: *Morar. Tipologia, funções e quotidianos da habitação medieval*, *Media Ætas*, n.º 3/4, Ponta Delgada, 2000/2001, pp. 13-47.
- CONDE, Manuel Sílvio Alves, *Materialidade e funcionalidade da casa comum medieval. Construções rústicas e urbanas do Médio Tejo nos finais da Idade Média*, in: *Morar. Tipologia, funções e quotidianos da habitação medieval*, cit., pp. 49-86;
- GONÇALVES, Iria, *A construção corrente na Beira Interior nos finais da Idade Média*, apresentado no *III Congresso Histórico de Guimarães — D. Manuel e a sua época* (Guimarães, 2001) (actas no prelo);
- CONDE, Manuel Sílvio Alves, e VIEIRA, Marina Afonso, *A paisagem do Nordeste Alentejano entre a Idade Média e os Tempos Modernos. Elementos para o seu estudo* apresentado ao *III Congresso Histórico de Guimarães* (Guimarães, 2001) (actas no prelo);
- BARROCA, Mário Jorge, “Arquitectura gótica civil”, in: Carlos Alberto Ferreira de Almeida e Mário Jorge Barroca, *História da arte em Portugal, O gótico*, Lisboa, 2002, pp. 86-128.
- TRINDADE, Luísa, *A casa corrente em Coimbra. Dos finais da Idade Média aos inícios da Época Moderna*, Coimbra, 2002.
- CONDE, Manuel Sílvio Alves, e VIEIRA, Marina Afonso, *A Comenda da Ordem de Cristo do Mogadouro nos alvares de Quinhentos. Subsídios para o estudo da paisagem e do povoamento do Leste de Trás-os-Montes entre a Idade Média e os Tempos Modernos*, apresentado ao *IV Encontro sobre Ordens Militares* (Palmela, 2002), (actas no prelo);
- CONDE, Manuel Sílvio Alves, *Notas sobre a produção do azeite em finais da Idade Média. Instalações, engenhos, alfaias e operações produtivas*, in: *Os reinos ibéricos na Idade Média. Livro de homenagem ao Professor Doutor Humberto Carlos Baquero Moreno*, coord. de Luís Adão da Fonseca, Luís Carlos Amaral e Maria Fernanda Ferreira Santos, vol. II, Porto, 2003, pp. 881-889.

Habitação senhorial – contributos da arqueologia e da história da arte:

- AZEVEDO, Carlos de, *Solares portugueses. Introdução ao estudo da casa nobre*, 2.ª ed., Lisboa, 1988;
- BARROCA, Mário Jorge, “Em torno da residência senhorial fortificada. Quatro torres medievais na região de Amares”, *Revista de história*, vol. IX, Porto, 1989, pp. 9-61;
- OLIVEIRA, Luís Filipe, “As residências dos Coutinhos na região de Lamego (séculos XIV-XVI)”, in: *Actas das V Jornadas Arqueológicas da Associação dos arqueólogos portugueses*, Lisboa, 1994, pp. 299-308;
- SILVA, José Custódio Vieira da, *Paços medievais portugueses*, Lisboa, 1995;
- SILVA, José Custódio Vieira da, “A morada privilegiada — o paço”, *O fascínio do fim*, Lisboa, 1997;
- BARROCA, Mário Jorge, “Torres, casas-torres ou casas-fortes. A concepção do espaço de habitação da pequena e média nobreza na Baixa Idade Média (sécs. XII-XV)”, *Revista de história das ideias*, vol. 19 (1998), pp. 39-103;
- BARROCA, Mário Jorge, “Paços senhoriais”, in: Carlos Alberto Ferreira de Almeida e Mário Jorge Barroca, *História da arte em Portugal, O gótico*, Lisboa, 2002, pp. 103-120.

Arquitectura tradicional

— contributos da etnologia, da geografia e da arquitectura:

- VASCONCELOS, José Leite de, “Habitação”, *Etnografia portuguesa*, vol. VI, Lisboa, 1983, pp. 151-344 (1.ª ed., 1936);
- OLIVEIRA, Ernesto Veiga de, e GALHANO, Fernando, *Arquitectura tradicional portuguesa*, Lisboa, 1992 (revê e amplia o artigo “Arquitectura”, in: *Arte popular em Portugal*, vol. I, Lisboa, 1959);
- DIAS, Jorge, OLIVEIRA, Ernesto Veiga de, e GALHANO, Fernando, *Sistemas primitivos de moagem em Portugal. Moinhos, azenhas e atafonas, I - Moinhos de água e azenhas*, Porto, 1959;
- Sindicato Nacional dos Arquitectos, *Arquitectura popular em Portugal*, 2.ª ed., Lisboa, 1980 (1.ª ed., 1961);

- RIBEIRO, Orlando, “A civilização do granito no Norte de Portugal (Elementos para o seu estudo)” e “A civilização do barro no Sul de Portugal (Aspectos e sugestões)”, *Geografia e civilização. Temas portugueses*, 2.ª ed., Lisboa, s.d. [1979], pp. 11-30, 31-51 (1.ª ed., 1961);
- OLIVEIRA, Ernesto Veiga de, GALHANO, Fernando, e PEREIRA, Benjamim, *Construções primitivas em Portugal*, 3.ª ed., Lisboa, 1994 (1.ª ed., 1969);
- LORENZO, Xaquín, *A casa*, Vigo, 1982;
- OLIVEIRA, Ernesto Veiga de, GALHANO, Fernando, e PEREIRA, Benjamim, *Tecnologia tradicional portuguesa. Sistemas de moagem*, Lisboa, 1983;
- COSTA, Carreiro da, *Etnologia dos Açores*, ed. por Rui de Sousa Martins, vol. II, Lagoa, 1991;
- FERNANDES, José Manuel, *Cidades e casas da Macaronésia. Evolução do território e da arquitectura doméstica nas ilhas atlânticas sob influência portuguesa, quadro histórico do séc. XV ao séc. XVIII*, 2.ª ed., Porto, 1996 (1.ª ed., 1993);
- DIAS, Jorge, OLIVEIRA, Ernesto Veiga de, GALHANO, e Fernando, *Espigueiros portugueses. Sistemas primitivos de secagem e armazenagem de produtos agrícolas*, Lisboa, 1994;
- Arquitectura popular dos Açores*, Lisboa, 2000;
- MESTRE, Vítor, *Arquitectura popular da Madeira*, s.l. [Lisboa], s.d. [2002].

Casas rurais e urbanas do Norte Trasmontano											
Cód.	Tipo	Local	CO/V	LA/V	Ratio	CO/M	LA/M	Área parcelar	Área total	Área útil	Fonte: L.º 307
1	CT	Reigada	5	4	1.25	5.5	4.4	24.2			fl. 41
	CS		4.5	4	1.13	4.95	4.4	21.78	45.98	67.76	
2	CS	Reigada	8.5	4.5	1.89	9.35	4.95	46.28	46.28	92.57	fl. 41
3	CDT	Pinhel,	5	5	1	5.5	5.5	30.25			fl. 57v
	mS	R. Direita	5	2.5	2	5.5	2.75	15.13			
	CS		5	4	1.25	5.5	4.4	24.2	54.45	93.78	
4	Pard	Longroiva	6	6	1	6.6	6.6	43.56	43.56	43.56	fl. 92
5	ApC	Meda									fls. 97-
	CSS		7	3	2.33	7.7	3.3	25.41	25.41	76.23	97v
	CT		7.5	4.5	1.67	8.25	4.95	40.84			
	Cl		5.5	5	1.1	6.05	5.5	33.28			
	Cpeq		4	2	2	4.4	2.2	9.68			
	Cfo		8	4	2	8.8	4.4	38.72	198.74	198.74	
	Tro		21	16	1.31	23.1	17.6	406.56	406.56	406.56	
6	C	Meda	6.5	5	1.3	7.15	5.5	39.33	39.33	39.33	fl. 98
7	CS=Cl	Muxagata	5	5	1	5.5	5.5	30.25	30.25	60.5	fl. 106v
8	Pard	Muxagata	5	2	2.5	5.5	2.2	12.1	12.1	12.1	fl. 107
9	AssC	Bagueixe									fls. 118-
	CD		6	4.5	1.33	6.6	4.95	32.67			118v
	Cam		4	4	1	4.4	4.4	19.36			
	C		6	3.5	1.71	6.6	3.85	25.41	77.44	77.44	
	Cur		9	4	2.25	9.9	4.4	43.56			
	peqCh		4	3	1.33	4.4	3.3	14.52	58.08	58.08	
10	Pard	Bagueixe	13.5	6.5	2.08	14.85	7.15	106.18	106.18	106.18	fl. 119
11	Pard	Bagueixe	13.5	4.5	3	14.85	4.95	73.51	73.51	73.51	fl. 119
12	CT=Estr	Miranda	7	4	1.75	7.7	4.4	33.88			fl. 124v
	mS=Palh		3.5	4	0.88	3.85	4.4	16.94	33.88	50.82	
13	CS	Miranda	8	5	1.6	8.8	5.5	48.4	48.4	96.8	
14	Pard	Morais	4	4	1	4.4	4.4	19.36			fl. 125v
	Pard		5	4	1.25	5.5	4.4	24.2			
	Cur		8	4	2	8.8	4.4	38.72	82.28	82.28	
15	C	Quintela (Tarouca)	7.5	5.5	1.36	8.25	6.05	49.91	49.91	49.91	fl. 140v
16	C	Barrocal	8	4.5	1.78	8.8	4.95	43.56	43.56	43.56	fl. 141v
	Quintã	(Tarouca)	13	8	1.63	14.3	8.8	125.84			
	Pard		10	3	3.33	11	3.3	36.3	162.14	162.14	
17	AssC=Par d	Castelo Branco									fls. 72-
	Sala		13	5	2.6	14.3	5.5	78.65			72v
	C		13	3	4.33	14.3	3.3	47.19	125.84	125.84	
18	CT=Ap	Castelo Branco	8	4.5	1.78	8.8	4.95	43.56	43.56	43.56	fl. 72v
19	Ch	Torre de Moncorvo	8	7	1.14	8.8	7.7	67.76	67.76	67.76	fl. 74v
20	C=Estr	Mogadouro	4.5	4.5	1	4.95	4.95	24.5	24.5	24.5	fl. 80v
21	Ch	Casal da Marquesinha	7	6	1.17	7.7	6.6	50.82	50.82	50.82	fl. 81
22	Ass	Penas Róias									fls. 83v-
	C		9	5	1.8	9.9	5.5	54.45	54.45	54.45	84
	Pard		5.5	6	0.92	6.05	6.6	39.93			
	Ch		11	10	1.1	12.1	11	133.1	173.03	173.03	

CONVENÇÕES:

CO/V – Comprimento em varas

CO/M – Comprimento em metros

Ap – Aposentamento

Ass – Assentamento

C – Casa

Cam – Câmara

Ch – Chão

Cl – Celeiro

LA/V – Largura em varas

LA/M – Largura em metros

Cur – Curral

D – Dianteira

Estr – Estrebaria

fo – Forno

m – Meio

Palh – Palheiro

Ratio (CO/LA)

Área (em m²)

Pard – Pardieiro

peq – Pequeno

S – Sobrado

SS – 2 sobrados

T – Térrea

Tro – Terreiro.